





TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2022

EDITAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS – PI, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para o conhecimento de todos os interessados que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL e ADJUDICAÇÃO GLOBAL, com execução direta pelo regime de empreitada integral, regida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

A reunião para recebimento e abertura dos envelopes dar-se-á às **08h30m do dia 25 de outubro de 2022**, na sala da Comissão de Licitações desta Prefeitura Municipal, situada na Praça das Vitórias, Nº 37, Bairro Centro, Fone/Fax: (0xx89) 98805-1187, CEP: 64.500-000, OEIRAS — Piauí, onde podem ser obtidas cópias deste instrumento convocatório, em todos os dias úteis, das 7:00 às 13:00 horas ou no site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí-TCE/PI.

A licitação, regida pela Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores, será do tipo **MENOR PREÇO**, consoante o disposto no inciso I do parágrafo 1º, do artigo 45 e artigo 10, inciso II, alínea "a", da Lei retromencionada, atendidas as limitações expressamente fixadas neste Edital, e nos documentos que o completam.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

- **1.1.** Contratação de empresa de Engenharia Civil para reforma da quadra poliesportiva com construção de cobertura no Bairro Uberaba, na Zona Urbana do Município de Oeiras-PI., com Recursos Próprios/FUNDEB.
- 1.2 A forma pela qual deverão ser executadas as obras e serviços licitados e as diversas obrigações dos licitantes e do(s) adjudicatário(s) do objeto desta licitação estão registradas neste Edital, nas especificações técnicas, o projeto executivo, e na Minuta do Contrato que, igualmente, integra o dossiê de informações sobre a licitação.

2. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA LICITAÇÃO

- 2.1 No dia 25 de outubro de 2022, às 08h30m, na Sala da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de OEIRAS/PI, a(s) empresa(s) interessada(s) fará(ão) a entrega da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e de sua PROPOSTA COMERCIAL à Comissão Permanente de Licitação, que estará reunida para esta finalidade, ocasião em que serão abertos os envelopes de documentos de habilitação e, havendo condições legais, as propostas de preços.
- 2.2 Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser encaminhados por via postal, neste caso com Aviso de Recebimento, desde que os mesmos estejam em poder da comissão, até a data e hora acima estabelecida.
- 2.3 Se na data indicada para recebimento da "Documentação e Proposta de Preços", não houver expediente na PMO, a abertura da Licitação fica transferida para o primeiro dia útil seguinte, observado o mesmo local e horário.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar desta licitação: empresários e empresas, isoladamente, regularmente estabelecidas no país e que satisfaçam todas as exigências deste Edital e seus anexos, e que atendam aos seguintes requisitos:
- a) Conhecer as condições estipuladas na presente Tomada de Preços e apresentar os documentos nela exigidos;







- b) Ter aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação;
- 3.2 Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, além das elencadas no art.9º da Lei nº 8.666/93:
- a) Os empresários e as empresas que se encontrarem sob falência ou em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou, ainda, em fase de dissolução ou liquidação, conforme Lei nº 11.101/2005;
- b) Empresa declarada inidôneas de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 por órgão ou entidades da administração direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, e que não tenha sua idoneidade restabelecida; verificando inclusive junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) www.portaltransparência.gov.br, conforme Decreto Estadual nº 14.580, de 12 de setembro de 2012.
- c) Empresas consorciadas sob qualquer forma;
- d) Empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, ou sócios, sejam servidores, empregados, ocupantes de cargo comissionado da Prefeitura Municipal de Oeiras-PI;
- d.1 Aplica-se o disposto no subitem 3.2 aos membros da Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Oeiras-PI.
- d.2 Caso constatado, ainda que a posteriori tal situação, a empresa licitante será desclassificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no art. 90 da Lei nº 8.666/93.
- e) O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, exceto na condição descrita no § 1º, art. 9º da Lei 8.666 de 21.06.93 e suas alterações.
- 3.3 As empresas organizadas sob a forma de EPP ou ME, sob amparo da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, deverão observar o art. 43 daquele diploma, apresentando, na fase de habilitação, toda a documentação adiante exigida, ainda que com restrições.
- 3.4 Esta licitação não será exclusiva para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte em razão de seu valor superar R\$ 80.000,00 conforme art. 6º do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007.
- 3.5 Na presente licitação será assegurado como critério de desempate a preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 5º do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007. Nas demais hipóteses, havendo empate, este será resolvido por sorteio, nos termos da Lei nº 8.666/93.
- 3.6 Relativamente a EPP e ME, considera verificado empate nos casos estabelecidos pelo fixado no § 1º do art. 5º do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007.
- 3.7 Nenhuma pessoa, natural ou jurídica, ainda que munida por procuração poderá representar nesta licitação mais de um licitante.
- 3.8 A participação na presente licitação se efetivará mediante a apresentação, na data, hora e local expressamente indicados no Aviso de Licitação, e no item 2 deste edital, da Documentação e da(s) Proposta(s) de Preços, endereçadas à Presidente da Comissão de Licitação.

4. DO CREDENCIAMENTO

- **4.1 –** Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) tratando-se de <u>representante legal</u>: o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência da investidura, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;
- b) tratando-se de <u>procurador</u>: a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem <u>poderes específicos para assinar, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame</u>, <u>acompanhado</u> do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga, inclusive se for microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), para ofertar nova proposta, quando for o caso:







- c) Apresentar os termos de consulta que comprovem a idoneidade da empresa licitante.
- d) Não haverá credenciamento no caso de apresentação de Instrumento público de procuração sem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, inclusive se for microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), quando for o caso.
- **4.2 –** O representante legal e/ou procurador deverá identificar-se exibindo cópia do documento oficial de identificação que contenha foto, acompanhado da original para conferência.
- **4.3** Será admitido apenas 01(um) representante para cada licitante credenciada, e cada representante só poderá representar uma empresa, podendo o mesmo ser substituído para efeito de participação na Sessão, desde que conste da Procuração, inclusive, com os mesmos poderes.
- **4.4 –** A ausência de credenciamento do licitante ou a representação defeituosa da empresa não excluirá o licitante de participar do certame, mas o impedirá de representar a empresa para todos os fins.
- 4.5 As microempresas e as empresas de pequeno porte, deverão apresentar a **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** assinada pelo seu proprietário ou sócios acompanhada da <u>Certidão da Junta Comercial da</u> sede da licitante.
- 4.5.1 <u>A Declaração supracitada deverá ser apresentada fora do envelope de documentação e proposta, a qual deverá ser entregue à CPL para que a empresa usufrua dos privilégios da Lei nº123/06</u>
- **4.5.2** O credenciamento do licitante como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) somente será procedida pela CPL se o interessado comprovar tal situação jurídica através da declaração supracitada junto com a Certidão da Junta Comercial.
- 4.5.3. A responsabilidade pela comprovação de enquadramento como "ME" e "EPP" competem às empresas licitantes, representadas por seu proprietário ou sócios e pelo contador que, inclusive, se sujeitam a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.
- 4.5.4 <u>A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº123, caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista no edital.</u>

5. HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES

- 5.1 Para habilitarem-se no processo licitatório, atendidas as normas do tópico precedente deverão os interessados apresentar os documentos, os quais deverão estar contidos em envelope ou embalagem semelhante, fechado.
- 5.2 O envelope ou embalagem indicará em sua parte externa o nome do licitante, a circunstância de tratar-se de seu conteúdo dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, e referência a este Edital, podendo conformar-se ao seguinte modelo de endereçamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS/PI COMISSÃO DE LICITAÇÃO (CL) TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2022 NOME DO LICITANTE

ENVELOPE "A" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.3 Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO serão apresentados em uma via, reunidos em uma pasta ou volume específico, cujas folhas serão numeradas seqüencialmente, e rubricadas pelo licitante ou por ele assinados, quando se tratar de documento produzido pelo próprio concorrente. A falta de numeração dos documentos não inabilitará o licitante.
- 5.4 São os seguintes os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO que podem ser apresentados em







original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

- I Habilitação Jurídica
- II Qualificação Econômica Financeira
- III Regularidade Fiscal
- IV Qualificação Técnica

V- Caução de 1% (um por cento) do valor previsto da obra: R\$ 5.391,32 (cinco mil, trezentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos), em qualquer das modalidades admitidas pela Lei nº 8.666/93. Se em dinheiro, deverá ser depositada ou transferida para a Caixa Econômica Federal, agência 1383, Operação 006, Conta 32-4. Não serão admitidos depósitos por caixa eletrônico. Apresentar seu respectivo comprovante, junto aos documentos de habilitação, o que não impedirá a conferência do crédito, pela CPL, junto à Secretaria de Finanças do Município. A devolução da caução ocorrerá num prazo máximo de 30 (trinta) dias após a abertura das propostas na conta em que foi efetuada a transferência ou deposito.

VI- Certificado de Registro Cadastral, que deverá ser apresentado nos termos do art. 22, § 2°, da Lei 8.666/93, dentro do envelope "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO";

5.5 DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de Identidade dos Responsáveis legais e da empresa
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social como esteja em vigor na data da apresentação, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de eleição da diretoria em exercício.

5.6 DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição regular e válida no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio da sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
 - b.1) Em razão de o objeto do certame se referir a prestação de serviços deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal sede da licitante.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão quanto à Dívida Ativa expedida, em cada esfera de Governo, pelo órgão competente;
- d) Prova de regularidade relativa à seguridade social (CND/INSS e FGTS), demonstrando situação regular do licitante no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, CNDT.

5.7 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.7.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado fornecido







por pessoas jurídicas de direito Públicos ou Privado acompanhadas de certidões de acervo técnico ou documento equivalente, que comprove já ter a empresa ou responsável técnico executado serviços compatíveis com o objeto da presente licitação, ou ainda, para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares as do objeto licitado, que fica limitado na forma do § 1º Inciso I do Art. 30 da Lei 8666/93.

- a) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços de características semelhantes. A comprovação do vínculo empregatício dos profissionais deverá ser feita mediante apresentação de cópia autenticada do contrato de trabalho ou carteira profissional ou da ficha de registro dos empregados que demonstrem a identificação do profissional e a guia do último mês de recolhimento do Fundo de Garantia por tempo de serviço onde conste o nome do profissional com o visto do órgão competente. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através de cópia do ato constitutivo; de certidão da junta comercial; de certidão do CREA.
- b) Registro/Certidão de inscrição da empresa e do(s) responsável(eis) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA), da região da sede da empresa.
- 5.7.2. Para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, a empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quanto julgar necessário, desde que, de profissionais pertencentes ao seu quadro permanente, e que comprovem o seu vínculo empregatício com a empresa.
- 5.7.3. O(s) atestado(s) deverá (ão) possuir informações suficientes para qualificar e quantificar os serviços executados, bem como possibilitar aferir sua veracidade junto ao(s) emitente(s) do(s) documento(s).
- 5.7.4 A comprovação do vínculo do(s) profissional (is) detentor do acervo técnico, pertencente ao quadro permanente da licitante, será atendida mediante *a apresentação da declaração formal* de sua disponibilidade ou através da apresentação dos documentos a seguir:
- a) Empregado: Cópia do livro de registro de empregado registrado na Delegacia Regional do Trabalho DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS anotada ou ainda, contrato de prestação de serviços, na forma da legislação trabalhista; Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
- **b) Diretor**: Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) Responsável Técnico: Além da cópia da Certidão expedida pelo CREA da sede ou filial da licitante onde consta o registro do profissional como responsável técnico, deverá comprovar o vínculo em uma das formas contidas nas alíneas "a" "b" ou "c" retro.
- 5.7.5. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnicoprofissional deverão participar da obra ou serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Contratante.

5.8 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados







por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a1) Para análise da boa saúde financeira da empresa, mediante análise do balanço patrimonial, adotar-se-ão os critérios descritos a seguir:

$$LG = \frac{AtivoCirculante + Realiz\'{a}velaLongoPrazo}{PassivoCirculante + Exig\'{i}velaLongoPrazo}$$

$$SG = \frac{AtivoTotal}{PassivoCirculante + ExigívelaLongoPrazo}$$

$$LC = \frac{AtivoCirculante}{PassivoCirculante}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral

SG - Solvência Geral

LC - Liquidez Corrente

- a2) Serão considerados habilitadas as empresas que apresentarem resultado igual ou maior que 01 (um) em todos índices referidos na alínea "a1" deste subitem.
 - b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata; recuperação judicial e extrajudicial, expedidas pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 60 (sessenta) dias de sua expedição, observadas as disposições do art. 192, da lei 11.101/05.
 - c) Declaração expressa da proponente de que não está suspensa do direito de licitar e/ou não tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade Pública da Prefeitura Municipal de OEIRAS (PI), no lapso temporal de 12 (doze) meses, bem como da inexistência de qualquer fato impeditivo de habilitação, assinado pelo seu representante legal, devidamente munido de documento que comprove a sua legitimidade;

5.9 DECLARAÇÃO RELATIVA A CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

5.9.1 Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93 acrescido pela Lei 9.854/99; (Modelo - Anexo II).

5.10 OUTROS DOCUMENTOS

- 5.10.1 Outrossim são obrigatórios, também, os seguintes documentos para participação no certame:
- a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme exigência do art. 7°, XXXIII da Constituição Federal.
- b) Declaração de fato superveniente de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração deverá a licitante apresentar declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo seu representante legal, assegurando a inexistência deste fato.
- c) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando que a mesma atende as normas relativas à saúde e segurança do trabalho.







- d) Declaração do licitante de que recebeu todos os documentos necessários ao esclarecimento de sua participação no certame, e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme determina o inciso III do artigo 30 da Lei de Licitações e anexo respectivo.
- 5.10.2 Os documentos referidos nas alíneas "a" a "d" do subitem anterior deverão:
- a) ser emitidos por pessoas físicas autorizadas nos estatutos ou contratos sociais das interessadas em participar do certame, sendo obrigatório fazer constar no corpo do referido documento o cargo ou função, com a matricula ou registro, RG, CPF.
- b) ser emitidos em documentos oficiais que contenham as logomarcas, CNPJ, inscrição Estadual e/ou Municipal e endereço da pessoa jurídica interessada em participar do certame.
- 5.10.3 Os documentos referidos no Item 5.10.1, "a" a "d", somente podem ser apresentados em originais.

6. ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1 Os proponentes deverão elaborar suas propostas em 02 (DUAS) vias, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, em papel timbrado do licitante, tendo todas as suas folhas rubricadas, numeradas sequencialmente, assinada a última folha, as quais deverão estar contidas em envelope ou embalagem, fechado.
- 6.1.1 As empresas deverão apresentar ainda, uma via em arquivo eletrônico (em CD) da Proposta de Precos, com a finalidade de facilitar a análise por parte da Comissão.
- 6.1.1.1 A não apresentação do arquivo eletrônico não ensejará motivo para desclassificação.
- 6.2- A proposta comercial deverá estar acompanhada da seguinte documentação:
- a) Declaração de que o prestador de serviços conhece e aceita as regras determinadas pela Administração referidas neste edital e respectivo anexo;
- b) Declaração de que nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.
- c) Declaração de que cumprirá todos os prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos.
- d) Declaração de garantia dos produtos e materiais a serem fornecidos e dos serviços a serem prestados, contra qualquer defeito de fruição, uso, gozo, disposição, fabricação, manuseio indevido, ou de que possa resultar danos a terceiros, bem com a quem deles faça uso sob pena de constatada alguma imperfeição, ter os produtos devolvidos e/ou os serviços rejeitos, com imputação das penalidades de Lei à licitante e a quem for considerado responsável.
 - d.1 A não apresentação da documentação referida nas alíneas "a" a "d" implicará na desclassificação da proposta do licitante.
- 6.3 Os documentos referidos nas alíneas do subitem imediatamente anterior deverão:
- a) ser emitidos por pessoas físicas autorizadas nos estatutos ou contratos sociais das interessadas em participar do certame, sendo obrigatório fazer constar no corpo do referido documento o cargo ou função, com a matrícula ou registro, RG, CPF e endereço respectivo da pessoa física que o assina.
- b) ser emitidos em documentos oficiais que contenham as logomarcas, CNPJ, inscrição Estadual e/ou Municipal e endereco da pessoa jurídica interessada em participar do certame.







- b.1 A não apresentação da documentação referida nas alíneas "a" a "c" implicará na desclassificação da proposta do licitante.
- 6.1.2 O envelope ou embalagem indicará em sua parte externa o nome do licitante, a circunstância de tratar-se de seu conteúdo de PROPOSTA DE PREÇOS, e referência a este **Edital**, podendo conformar-se ao seguinte modelo de endereçamento:

PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS/PI COMISSÃO DE LICITAÇÃO (CL) TOMADA DE PREÇOS № 012/2022 NOME DO LICITANTE ENVELOPE "B" – PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1.3 Carta Proposta expressa e clara em Moeda Corrente Nacional, (Modelo ANEXO VI) abrangendo:
- 6.1.3.1 **Preço Global da Proposta**, em algarismo e por extenso, resultante dos quadros de quantidades e preços;
- 6.1.3.2 **Prazo de execução total das obras e serviços**, que não poderá ser superior a **03 (três) meses** a contar da emissão da ordem de execução de serviços;
- 6.1.3.4 Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- 6.1.3.5 Composição dos Preços Unitários, bem como Planilha de Composição Analítica das Taxas de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) e de Encargos Sociais Aplicados.
- **6.1.3.5.1** As composições de preços unitários, para todos os itens de serviços constantes do Quadro de Quantitativo, sem exceção, inclusive as composições de preços unitários auxiliares, que se fizerem necessárias para sua complementação, não poderão conter divergência entre os valores constantes em ambos os documentos. Qualquer incoerência nessas composições, como utilização de valores diferentes de salários-hora para uma mesma categoria profissional e/ou de preços unitários para um mesmo material e/ou de custos horários de utilização de um mesmo equipamento, poderá implicar na desclassificação da proposta; a exceção de erros meramente formal.
- **6.1.3.5.2-** Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.
- 6.1.4 Planilha de serviços e quantidades de preços unitários e totais em real (R\$), na data da apresentação da PROPOSTA, com totais parciais e globais, com rigorosas especificações e quantitativos fornecidos pela PMO.
- 6.1.5 Cronograma Físico-Financeiro, compatível com a previsão de desembolso da PMO, informada no subitem 6.1.16 com a indicação de valores e percentuais de cada obra e serviço e de desembolso mensal, total e acumulado, não se admitindo parcela na forma de pagamento antecipado.
 - 6.1.5.1 As medições serão sempre feitas a cada período de 30 (trinta) dias, corridos. A periodicidade poderá ser inferior a um mês-calendário na primeira e última medição,





quando o início ou término das etapas das obras e serviços ocorrerem no curso do mês, neste caso o cronograma será ajustado à situação.

- 6.1.9 **Relação de equipamento de uso da empresa**, acompanhado de **declaração** de sua efetiva disponibilidade.
- 6.1.10 **Declaração da licitante** de que, caso seja vencedora da licitação, executará os serviços de acordo com os detalhes executivos, especificações técnicas e quantitativas fornecidas pela PMO pelos preços unitários e nos prazos constantes de sua PROPOSTA.
- 6.1.11 Na hipótese de constatação de erros de produto e/ou soma no orçamento apresentado, a Comissão Permanente de Licitação efetuará as necessárias correções, permanecendo inalterados, no entanto, os quantitativos e preços unitários. Os quantitativos poderão ser alterados pela Comissão Permanente de Licitação, se isto for necessário para igualá-los aos quantitativos das planilhas do orçamento básico que acompanha o Edital.
 - 6.1.11.1 No caso de constatação de erros, de conformidade com o item 6.1.11, a Comissão Permanente de Licitação procederá da seguinte forma:
 - 6.1.11.2 Quando o valor correto for menor que o apresentado, esta diferença será diminuída na primeira parcela do Cronograma Físico-Financeiro;
 - 6.1.11.3 Quando o valor global correto for maior que o apresentado, esta diferença será adicionada na primeira parcela do Cronograma Físico-Financeiro.
- 6.1.12 Em qualquer dos casos acima mencionados, prevalecerá o preço final corrigido pela Comissão Permanente de Licitação para efeito de julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS.
- 6.1.13 É vedado a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir qualquer dos princípios da licitação ou o julgamento equitativo da licitação.
- 6.1.14 Não se considerará qualquer oferta de vantagens não prevista neste Edital, inclusive financiamento subsidiado ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- 6.1.15 Nas hipóteses em que a Comissão Permanente de Licitação identificar preço que, segundo seu entendimento, seja incompatível com os preços de mercado, notificará o licitante que o ofertou para justificá-lo, sob pena de desclassificação de sua proposta, não se admitindo como justificativa de redução ou aumento excessivo de um preço a indicação de compensações operadas em outro preço.
- 6.1.16 Valor global máximo permitido pela Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI para a obra objeto desta licitação é de R\$ 539.131,03 (quinhentos e trinta e nove mil, cento e trinta e um reais e três centavos).
 - 6.1.16.1 Não será permitido acréscimo superior ao valor estimado pela licitação nos preços unitários constantes da Planilha Orçamentária fornecida pela PMO.
 - 6.1.16.2 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços globais superiores aos fixados pela PMO, indicado no subitem 5.1.16 deste Edital.
- 6.1.17 Considerar-se-á que os preços fixados pelo licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização dos equipamentos e da aquisição de materiais. Considerar-se-á, assim, que a não indicação no conjunto de composições







de custos unitários de qualquer insumo ou componente necessário para a execução dos serviços conforme projetados, significa tacitamente que seu custo está diluído pelos demais itens componentes dos custos unitários, itens estes julgados necessários e suficientes, e não ensejarão qualquer alteração contratual sob esta alegação.

6.1.18 As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um período de 60 (sessenta) dias corridos contados da data da entrega das mesmas. Findo este prazo, ficam os participantes liberados dos compromissos assumidos, se o desejarem.

7. ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1. No horário, dia e local estabelecido neste Edital, os licitantes apresentarão, inicialmente, **fora dos envelopes**, a documentação de credenciamento de seus respectivos representantes.
- 7.1.1 A procuração outorgada ao(s) representante(s) da licitante deverá constar de instrumento público ou particular, outorgando poderes ao(s) representante(s) para atuar junto à Comissão Permanente de Licitação e a PMO, no que tange a praticar atos alusivos a esta licitação, em todas as suas etapas, até o seu julgamento final, como: rubricar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e as PROPOSTAS DE PREÇOS, apresentadas pelos demais licitantes proponentes, assinarem atas ou outros documentos licitatórios, apresentar contestações e recursos, desistir, renunciar e enfim praticar quaisquer outros atos que sejam de interesse do licitante. A falta do comprovante de poderes para representar não inabilita o licitante, mas impede a atuação do representante.
- 7.1.2 Além do instrumento de procuração, o representante deverá apresentar documento de identidade;
- 7.1.3 No caso de representação do licitante por sócio que tenha poderes para representar a empresa, tal condição deverá ser demonstrada mediante apresentação de documento de identificação do representante e documento que prove sua condição de representante legal da empresa, estatuto/contrato social, antes de recebidos os envelopes e, portanto, antes da abertura do envelope A DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
- 7.1.4 Sendo representante de Nacionalidade Estrangeira deverá, também, ser apresentada a prova de permanência legal no País.
- 7.2 Uma vez entregues as credenciais dos representantes e identificados todos os licitantes presentes, não será permitida a participação de retardatários.
- 7.3 Em seguida à identificação dos licitantes e de seus representantes, os licitantes entregarão ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, os envelopes A DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e B PROPOSTA DE PREÇOS.
- 7.4 Aberto o envelope A DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO contendo a documentação, esta, depois de rubricada pelo Presidente e membros da Comissão Permanente de Licitação, será oferecida ao exame e à rubrica dos representantes dos concorrentes presentes à sessão.
- 7.5 A Comissão Permanente de Licitação examinará os documentos de habilitação de cada licitante e lavrará a correspondente ata, após o que divulgará o resultado de habilitação, dando ciência a todos os licitantes, em sessão pública, previamente marcada ou através de publicação na imprensa oficial.
- 7.6 Na hipótese de interposição de recurso na fase de habilitação, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação notificará as licitantes do seu resultado, e convocará os interessados para nova sessão pública para abertura das Propostas Comerciais das licitantes habilitadas, caso não tenha sido modificada a decisão anterior;
 - 7.6.1 Se houver alteração do resultado do julgamento anterior será aberto novo prazo recursal.







- 7.7 Será inabilitada o licitante que não atender às exigências previstas neste Edital.
- 7.8 O Envelope B devidamente lacrado e rubricado, contendo a PROPOSTA COMERCIAL do(s) licitante(s) inabilitado(s) será(ão) devolvido(s) nas respectivas sessões públicas;
 - 7.8.1 Caso o representante do licitante inabilitado se recuse a receber o Envelope B nas respectivas sessões públicas, ou não o retire no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a data de homologação da licitação, o mesmo será postado para entrega através de recebimento formal (Aviso de Recebimento AR).

8 ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

- 8.1 Na data, hora e local comunicado, a Comissão Permanente de Licitação, abrirá o Envelope B dos licitantes habilitados e divulgará o valor global de cada proposta cujos documentos serão analisados e rubricados pelos representantes dos licitantes presentes e rubricados pela Comissão Permanente de Licitação.
- 8.2 A Comissão Permanente de Licitação verificará a PROPOSTA COMERCIAL quanto a eventuais erros aritméticos, os quais serão corrigidos, na forma seguinte:
- a) No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- b) No caso de erro de transcrição da quantidade prevista para o serviço, a quantidade e o preço total serão retificados, mantendo-se inalterado o preço unitário;
- No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preco unitário e a quantidade;
- d) No caso de erro de adição, a soma será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.
- 8.2.1 O preço total da proposta será ajustado pela PMO. O valor resultante consistirá no preçocorrigido global da PROPOSTA COMERCIAL.
- 8.3 Finalmente após a verificação dos ajustes, a Comissão Permanente de Licitação analisará a PROPOSTA COMERCIAL das licitantes habilitadas, desclassificando aquela que:
- a) deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos neste Edital, ou apresentá-los em desacordo com qualquer exigência deste Edital; ou
- b) apresentar qualquer oferta de vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdidos;
- c) deixar de apresentar preço unitário para um ou mais serviços.
- d) apresentar prazo de execução das obras e serviços objeto desta licitação diferente do estabelecido neste Edital.
- e) apresentar proposta cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - e.1) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela PMO; ou
 - e.2) valor orçado pela PMO.
- f) ofereçam preço excessivo ou manifestamente inexequível, justificados em análise técnica da Administração, considerados como aqueles incompatíveis com os preços dos insumos, salários, encargos (sociais e financeiros) e lucros praticados no mercado.
- 8.4 Do concorrente vencedor cujo **valor global da proposta seja inferior a 80%** (oitenta por cento) do menor valor apurado entre os itens "7.4-e.1 e "7.4-e.2", será exigida, para assinatura do Contrato, **prestação de garantia adicional**, dentre as modalidades previstas no § lº do art. 56 da Lei nº 8.666/93, igual à diferença resultante entre 80% (oitenta por cento) do menor valor obtido entre os itens "7.4-e.1 e "7.4-e.2", e o valor da correspondente proposta.
 - 7.4.1 Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato
- 8.5 Será considerada vencedora a proposta que resulte o menor preço global para a execução dos serviços.







- 8.6 Observado o critério de aceitabilidade da proposta estabelecido nos subitens anteriores, a Comissão Permanente de Licitação classificará as propostas remanescentes, pela <u>ordem crescente dos preços globais ofertados pelos licitantes</u>, e divulgará a classificação através de publicação na imprensa oficial;
- 8.7 Havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á através de sorteio, em ato público, o qual todos os licitantes classificados serão convocados, em horário e local a serem definidos pela Comissão Permanente de Licitação, dando ciência prévia a todos;
 - 8.7.1 Decorridos 30 (trinta) minutos da hora marcada, sem que compareçam todos os convocados, o sorteio será realizado a despeito das ausências.
- 8.8 No julgamento das propostas a Comissão de Licitação procederá ao equilíbrio das propostas levando-se em consideração os preços oferecidos no tocante às incidências a que esteja sujeito cada licitante conforme dispõe a Lei nº 8.212/91, considerando as alterações da Lei nº 9.876/99.
 - 8.8.1 Para cumprimento do item anterior, a Comissão Permanente de Licitação fica autorizada a acrescentar o percentual de 15% (quinze por cento) ao valor total de cada proposta oferecida por licitante habilitada como Cooperativa de Trabalhadores, levando-se em consideração, na fase de classificação e julgamento o valor resultante da proposta.
- 8.9 Quando todos os licitantes foram inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a PMO poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas excluídas das causas que deram origem à inabilitação ou desclassificação. Todos os concorrentes serão comunicados formalmente do dia, hora e local da abertura dos novos envelopes. Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data de apresentação.
- 8.10 Juntamente com o julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS a Comissão de Licitação proferirá o julgamento final da licitação, declarando a mais vantajosa para a Administração no certame, pendente todo o processo à autoridade superior para homologação e posterior adjudicação.

9. IMPUGNAÇÃO E RECURSO

- 9.1 A impugnação dos termos do Edital e de seus anexos se efetivará em conformidade com o Art. 41 da Lei nº 8.666/93, deverá ser dirigida à autoridade que assinou o Edital e protocolada no Protocolo da PMO:
 - a) por qualquer cidadão, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada no subitem 2.1 deste Edital:
 - b) pela licitante, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada no subitem 2.1 deste Edital.
 - 9.1.1 Tomar-se-á por base, para efeito de contagem de prazo, a exclusão da data fixada no subitem 2.1 deste Edital e a inclusão da data do vencimento para o recebimento das impugnações;
 - 9.1.2 Apresentada a impugnação a mesma será respondida ao interessado, dando-se ciência aos demais adquirentes do Edital, antes da abertura do envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
 - 9.1.3 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente, devendo, por conseguinte, entregar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e a PROPOSTA COMERCIAL à Comissão Permanente de Licitação, junto com os outros licitantes, na data, hora e local fixado neste Edital.
- 9.2 Divulgada a decisão da Comissão Permanente de Licitação, no tocante à fase de habilitação ou de classificação, se dela discordar, o licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso, contado da data de divulgação do resultado da respectiva fase, exceto se dele renunciar expressamente.
- 9.3 Interposto o recurso, em qualquer fase da licitação, dele se dará ciência formalmente aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis;







- 9.4 Os licitantes poderão defender seus interesses na licitação por todos os meios juridicamente aceitáveis, inclusive com formulação de RECURSOS contra as decisões adotadas pelos condutores do processo.
- 9.5 A propositura de recursos administrativos sobre o presente certame, obedecerá ao que estabelecem os incisos I, II e III do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, como segue:
- I Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:
 - a) Habilitação ou inabilitação do licitante;
 - b) Julgamento das propostas;
 - c) Anulação ou revogação da licitação;
 - d) Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
 - e) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do Art. 79 desta lei;
 - f) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.
- II Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
- III Pedido de reconsideração, de decisão do Prefeito Municipal, na hipótese do § 3º do art. 87 da lei 8666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.
- 9.6 Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

10. CONTRATO

- 10.1. A Execução dos serviços será contratada com o proponente vencedor, que será notificado por escrito, para satisfazer os requisitos necessários à assinatura do Contrato.
- 10.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 10 (dez) dias consecutivos contados da data da convocação para esse fim. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período quando solicitado pela licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PMO.
- 10.3. Se decorrido o prazo de 10 (dez) dias consecutivos contados da data da convocação para esse fim, o proponente vencedor não comparecer para assinar o contrato, a PMO convidará, segundo a ordem de classificação, o segundo colocado e assim sucessivamente, obedecendo as mesmas condições do licitante vencedor, sem prejuízo das demais sanções prevista no edital, contrato e legislação aplicável à espécie e prazo de vigência do contrato e inclusive quanto ao preço ou se preferir, procederá à nova licitação.
- 10.4. O Contrato será executado pautado no Cronograma Físico-Financeiro do proponente.
- 10.5. O prazo máximo para início dos serviços fica fixado em 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de expedição da Ordem de Execução de Serviços.
- 10.6. Este Edital, os Detalhes Executivos, Especificações, Quantitativos, Cronogramas e PROPOSTAS DE PREÇOS, farão parte integrante do Contrato a ser celebrado com o licitante vencedor, independentemente de transcrição.
- 10.7 O prazo máximo para execução das obras/serviços objeto desta licitação é de **03 (três) meses** consecutivos, contados a partir da data da emissão da Ordem de Execução de Serviço, somente podendo ser prorrogado mediante fundada justificativa técnica e autorizado previamente pela PMO. 10.8 O Contrato a ser assinado com o licitante vencedor poderá ter sua validade inicial ou prazo de execução prorrogado em conformidade com o Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.







- 10.9 O foro do Contrato será o da Comarca de OEIRAS (PI), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer questão contratual ou decorrente deste Edital. 10.10 A Homologação dos atos praticados no procedimento e a adjudicação do objeto desta licitação serão efetuadas por ato do Prefeito Municipal, que determinará a lavratura do necessário Contrato observando-se as condições estipuladas neste Edital.
- 10.12 Como condição indispensável à celebração do contrato, a empresa deverá indicar a PMO conta corrente bancária que mantenha em seu próprio nome, na qual serão feitos os depósitos dos valores que venham a ser devidos à contratada.

11. FONTE DE RECURSOS

10.1 Os recursos financeiros para a despesa decorrente da contratação que se seguirem à licitação correm por conta do FNDE/FPM/recursos próprios e outras fontes no Elemento de Despesa 449051 – Obras e Instalações.

12. PAGAMENTOS

- 12.1 O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos da licitação em especial no cronograma físico-financeiro.
- 12.2 Os pagamentos dos serviços serão feitos por medições mensais, pela Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI em moeda legal e corrente no País, através de ordem bancária em parcelas compatíveis com o Cronograma Físico e Financeiro, contra a efetiva execução dos serviços e apresentação de seus efeitos, tudo previamente atestado pelo setor competente da PMO, mediante apresentação dos seguintes documentos:
- I Notas Fiscais de Serviços/Fatura
- II Cópia da guia da Previdência Social GPS e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, devidamente quitado, relativo ao mês da última competência vencida.
- 12.3 A Contratada poderá apresentar a PMO para pagamento, fatura ou documento equivalente. Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pela PMO durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame a PMO, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 20 (vinte) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura, quanto aos prazos aqui estabelecidos.
- 12.4 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pela PMO, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.
- 12.5 Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.
- 12.6 Havendo atraso no pagamento, a Contratada terá direito à percepção de juros à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata dia*. Não haverá atualização monetária em decorrência de atraso no pagamento, a menos que este seja superior a um ano.
- 12.7 Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos setoriais da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço. 12.8 A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras e serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho.

13. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS







13.1 Os preços contratuais poderão ser reajustados com periodicidade anual, nos termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, tomando-se por base a data de que trata o subitem 2.1, pela variação de Índices Nacionais, calculados pela Fundação Getúlio Vargas e publicados na seção de Índices Econômicos da revista "Conjuntura Econômica" da FGV, pela seguinte fórmula:

$$R = V \quad \boxed{\begin{array}{c} I - Io \\ \hline Io \end{array}}$$

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da obra/serviço a ser reajustado;

lo = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data fixada

para entrega da proposta, pro rata dia;

I = Índice relativo à data do reajuste, *pro rata dia*.

12.1.1 O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica. 12.1.2 Ocorrendo a hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste Edital, o Contrato decorrente desta Licitação, se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

- 13.2 Em caso de atraso na execução das obras/serviços atribuível à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios:
- a) Se os índices aumentarem prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras/serviços seria realizada de conformidade com o programado no cronograma físicofinanceiro:
- b) Se os índices diminuírem prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as obras/serviços forem executados.

14. SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

- 14.1. O licitante contratado não poderá ceder sub-rogar, parcial ou totalmente as obras e serviços objeto deste Edital por não haver respaldo legal, poderá, no entanto, subcontratar mediante prévia autorização, por escrito, observando-se, quando concedida autorização para subcontratação, celebrar com o terceiro a quem subcontratar. Contrato com inteira obediência aos termos do Contrato original firmado com a PMO e sob a sua inteira e exclusiva responsabilidade e não poderá ultrapassar de 30% (trinta) por cento do valor do objeto contratado, na forma determinada pela PMO.
 - 14.1.1 A subcontratação só será possível se autorizada no contrato. A subcontratação deve efetivar-se somente após verificado o atendimento a todas as condições de habilitação constantes do edital.
 - 14.1.2 Caso seja efetivada sem autorização, constitui motivo de rescisão contratual.
- 14.1.1 No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal do serviço de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.







- 14.1.2 A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante a PMO, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.
- 14.1.3 A PMO se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas se submetam à comprovação de suficiência a ser por ela realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93.
- 15.2 A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:
- a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
- b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.
- 15.3 Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:
- a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS – PMO/PI, no cumprimento de suas atividades;
- b) Desatender às determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI; e
- c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.
- 15.4 Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:
- a) Executar os serviços em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
- c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

15.5 ADVERTÊNCIA

- 15.5.1 A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:
- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de OEIRAS-PI, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
- b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da PMO, desde que não sejam passiveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.







15.6 SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

- 15.6.1 A suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de OEIRAS-PI pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;
- 15.6.2 A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de OEIRAS-PI nos seguintes prazos e situações:
- a) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:
 - I Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Município de OEIRAS-PI;
 - II Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.
- b) Por um ano:
 - I Quando o licitante se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela PMO.
- c) Por 02 (dois) anos, quando o contratado:
 - I Não concluir os serviços contratados;
 - II Prestar os serviços em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela PMO;
 - III Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Município, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;
 - IV Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
 - V Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de OEIRAS-PI, em virtude de atos ilícitos praticados;
 - VI Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da PMO.
- 15.7 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 15.7.1 A declaração de inidoneidade será proposta pelo [agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual ao Prefeito Municipal se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de OEIRAS-PI, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de OEIRAS-PI ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.
- 15.7.2 A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o Prefeito Municipal, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 15.7.3 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratada nos casos em que:
- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de OEIRAS-PI, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da PMO, em caso de reincidência;
- e) Apresentarem à PMO qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
- f) Praticarem fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.







- 15.7.4 Independentemente das sanções a que se referem os itens 14.2 a 14.4, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a PMO propor que seja responsabilizado:
- a) Civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) Perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) Criminalmente, na forma da legislação pertinente.
- 15.8 Nenhum pagamento será feito ao executor dos serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.
- 15.9 As sanções serão aplicadas pelo titular da PMO, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 15.10 As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16. RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS

- 16.1 Concluídos os serviços, após comunicação formal por escrito do adimplemento total da conclusão pelo licitante contratado, a Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI procederá ao recebimento provisório do objeto, pela FISCALIZAÇÃO, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do licitante contratado.
- 16.2 A Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI receberá os serviços em caráter definitivo em prazo não superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório. Durante o período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, ficará o licitante contratado obrigado a efetuar reparos que a juízo da Prefeitura Municipal se fizerem necessários, quanto à qualidade e segurança do objeto.
- 16.3 Encerrado o prazo fixado no subitem anterior, o objeto será recebido definitivamente por uma comissão designada para tal fim, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, desde que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções civis.

17. - RESCISÃO

- 17.1 O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido na forma dos artigos 78 e 79 da lei 8.666/93, nos casos:
- I Administrativamente, nos seguintes casos:
- Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
- b- Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos:
- c- Lentidão no seu cumprimento, levando a PMO a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d- Atraso injustificado no início das obras, serviços ou fornecimentos;
- e- A paralisação das obras, dos serviços ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a PMO;
- f- A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pela PMO.







- g- Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- h- Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;
- i- Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo da Prefeitura Municipal, ponham em risco a perfeita execução das obras e serviços;
- j- Dissolução da sociedade contratada;
- k- Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo da Prefeitura Municipal, prejudique a execução do Contrato;
- Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinada pela Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;
- m- Supressão de obras e serviços que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;
- n- Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- o- Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- p- Não liberação, pela PMO, de área ou local para execução dos serviços, nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- q- Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.
- r- Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- II Amigavelmente pelas partes.
- III Judicialmente.
- 17.1.1 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 17.1.2 No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras "l", "m", "n", "o", "p" e "q", do inciso "l" do subitem 16.1, sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovado, tendo ainda direito a:
- I Devolução da garantia prestada;
- II Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- III Pagamento do custo da desmobilização
- 17.1.3 A rescisão administrativa elencadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h" "i", "j", "k" "l" e "q", poderá acarretar as seguintes conseqüências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:







- I assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da PMO;
- II ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- III execução de garantia contratual, para ressarcimento a PMO dos valores das multas e indenizações a ela devida;
- IV retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados a PMO.
- 17.1.4 A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subitem anterior fica a critério da PMO, que poderá dar continuidade às obras e serviços por execução direta ou indireta.
- 16.1.5 O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pela PMO, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução das obras e serviços contratados, sem prévia e expressa autorização da PMO.
- 16.1.6 Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.
- 16.1.7 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18. DISPOSICÕES GERAIS

- 18.1 Lavrar-se-ão atas das reuniões públicas da Comissão Permanente de Licitação que, após lidas e aprovadas, serão assinadas pelos seus membros e pelos representantes das licitantes presentes;
 - 18.1.1 Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação.
 - 18.1.2 No caso de eventual divergência entre o Edital de licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 18.2 A Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI reserva-se ao direito de revogar esta licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou da PROPOSTA COMERCIAL, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.
- 18.3 É facultada à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, podendo utilizarse de pessoal ou equipe técnica para verificar, avaliações ou exames que visem à boa e regular garantia do objeto, sendo que, o poder e a responsabilidade das decisões compete exclusivamente à Comissão de Licitação, vedada ainda à licitante a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou da PROPOSTA COMERCIAL:
- 18.4 A Administração poderá, a qualquer momento antes da entrega das Propostas, fazer errata ou adendo ao Edital, por qualquer razão, por iniciativa própria ou em função de resposta a pedido de esclarecimento ou a impugnação feita ao Edital. A errata ou adendo, quando não afete a formulação das propostas, será enviado por correio, telegrama, fax ou correio eletrônico, tornando-se obrigatório a todos. Se da errata ou adendo resultar redução de exigências de habilitação ou se afetar a formulação das propostas, será obrigatória sua divulgação pelos mesmos meios por que divulgada originalmente a licitação, reabrindo-se o prazo legal para apresentação de documentos e propostas.







- 18.5 Caso ocorram falhas insignificantes nos documentos apresentados nas sessões designadas para entregas dos envelopes "Documentação" e "Propostas de Preços", a Comissão poderá deliberar, no ato da sessão, correções destas falhas, quando da ausência de numerações de páginas ou outros motivos que não comprometam a lisura do certame.
- 18.6 A PMO poderá solicitar da empresa vencedora do certame, a apresentação do Plano de Aplicação dos Trabalhos a serem desenvolvidos na execução dos serviços objeto desta licitação, na forma exigida por sua fiscalização.
- 18.7 A Contratada deverá manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato.
- 18.8 O licitante vencedor se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 65 § 1º da Lei 8666/93, do valor inicial do contrato ou instrumento equivalente, mantendo estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no Contrato.
 - 18.8.1 Durante todo o processo da licitação e durante todo o período de execução do contrato dela resultante será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa vencedora, de forma a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.
- 18.9 Este edital e seus elementos constitutivos serão fornecidos gratuitamente via e-mail ou diretamente junto à Comissão de Licitação no endereço acima, das 08:00 às 13:00 horas, de segunda à sexta-feira, mediante o pagamento do custo da documentação fornecida (Lei nº8.666/93, art.32, §5º).
- 18.10 Quaisquer informações ou esclarecimentos, com relação a este Edital e seus anexos, poderão ser obtidas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI no horário de 07:30 às 13:30 horas, de 2ª a 6ª feiras.
- 18.11 A PMO poderá, ocorrendo rescisão ou distrato do Contrato, convidar a segunda classificada e assim sucessivamente, para complementar o objeto, no prazo contratual original previsto, nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto ao preço;
- 18.12 Os casos omissos serão resolvidos pelas disposições da Lei nº 8.666/93 com as alterações estabelecidas pela Lei nº 8.883/94, e demais legislação correlatas
- 18.13 Fazem parte integrante deste Edital os seguintes documentos:
- ANEXO I Minuta do Contrato
- ANEXO II Modelo de Declaração sobre Empregados Menores
- ANEXO III Declaração de Instalação do Canteiro de Obras e de Disponibilidade das Máquinas e Equipamentos
- ANEXO IV Declaração de Conhecimento dos Detalhes Executivos
- ANEXO V Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo
- ANEXO VI Modelo Proposta de Precos
- ANEXO VII Planilhas Orçamentárias

Oeiras-PI, 03 de outubro de 2022.

Theresa Albano Duarte Franco Pereira
Presidente da CPL







ANEXO I

CONTRATO N.º/2022

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA COMCONSTRUÇÃO DE COBERTURA NO BAIRRO UBERABA, NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS-PI., QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE OEIRAS, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA:

O MUN	IICÍPIO	DE	OEIRAS/PI,	ATRAVÉS	DA	PREFEIT	URA	MUNICIP	AL, si	tuada	na
XXXXXX	XXXXX	XXXX	XXXXXXXXX	XX Fone/Fa	x: (0x	x86) XXXX	XXXX	, CEP: XX	XXXXX	XXXX	ίΧΧ,
OEIRAS	– Pia	auí,	representada	pelo Pref	eito	Municipal,	e,	do outro	lado,	a fi	irma
				vante denor				scrita no	CNPJ/N	√IF so	b n
			_, com sede à ˌ				_, nest	te ato repre	esentad	a pelo	seu
			, Sr.			, C.I. nº			,	CPF	nº
			_, tem entre	si justos e a	corda	dos as part	es as	normas d	a Lei n ^o	8.666	6/93
alterada	pela Lei	i nº 8.	.883/94, ao es	stabelecido n	o Edi	tal de Licita	ação -	- TOMADA	A DE PF	₹EÇO\$	S nº
012/2022	2, aos te	rmos	da proposta v	encedora, e	media	ante as seg	uintes	cláusulas	e cond	ições.	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo de licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 012/2022, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APARELHAGEM E DO MATERIAL NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A aparelhagem e o material necessários à execução dos trabalhos serão de responsabilidade e ônus exclusivamente da CONTRATADA, ficando estabelecido que a PMO não emprestará nem fornecerá quaisquer ferramentas, aparelhos ou veículos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS NORMAS E ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E DA EXECUÇÃO

As obras e serviços ora contratados obedecem às especificações as quais fazem parte integrante do Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2022, reservado a PMO o direito de rejeitar







as obras ou serviços que não estiverem de acordo com as referidas especificações, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

CLÁUSULA QUINTA - DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA declara conhecer perfeita e integralmente, as especificações e demais elementos técnicos referentes à execução dos serviços. Declara, ainda, que conhece perfeitamente todas as condições e locais de execução dos serviços, tudo o que foi previamente considerado quando da elaboração da proposta que apresentou na licitação de que decorre este contrato, em razão do que declara que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas e encargos que terá que suportar representando aqueles preços a única contraprestação que lhe será devida pela PMO/PI pela realização do objeto deste contrato.

Parágrafo Único - O representante da CONTRATADA, acima identificado, declara sob as penas da lei que dispõe de poderes suficientes à celebração deste contrato e para obrigar de pleno direito à mesma CONTRATADA. Assim sendo, os termos deste contrato obrigam as partes de pleno direito.

CLAUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DOS DETALHES EXECUTIVOS

A PMO se reserva o direito de, em qualquer fase ou ocasião, fazer alterações nos detalhes executivos, seja reduzindo ou aumentando o volume de serviços das obras, na forma prevista na lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor deste Contrato é de **R\$** (.............), que representa o montante da proposta da CONTRATADA, baseada nas planilhas de quantitativos que acompanham o Edital e multiplicado pelos respectivos preços unitários.

Parágrafo Único - Nos preços unitários estão incluídos todos os custos de transporte, carga e descarga de materiais, despesas de materiais, despesas de execução, mão-de-obra, leis, encargos sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, bem como despesas de conservação até o seu recebimento definitivo pela PMO.

CLAÚSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

- Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;
- 2. Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;
- 3. Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou ao participar da licitação de que resulta este contrato, bem como as mesmas condições de habilitação;
- 4. Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;
- 5. Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;
- 6. Zelar pelos interesses da PMO/PI relativamente ao objeto do contrato:
- 7. Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses da PMO/PI relativamente aos serviços;
- 8. Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a CONTRATADA frente a PMO/PI;







- 9. Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.
- 10. Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva EPC e Equipamentos de Proteção Individual EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto a necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço;
 - 10.1 A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subempreitada.
- 11. Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato
- **§ 1º -** A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização da PMO/PI, quer seja exercida por servidores do quadro da própria PMO/PI, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.
- § 2º As determinações da fiscalização obrigam a CONTRATADA, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a CONTRATADA não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular da PMO/PI, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

- 1. Disponibilizar o local das obras;
- 2. Aprovar as medições em tempo hábil;
- 3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula sétima deste Contrato;
- 4. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
- 5. Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato
- 6. Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíguotas previstas para cada tipo de servico, conforme legislação
- 7. Aplicar penalidades, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a despesa decorrente da contratação que se seguirem à licitação correm por conta do Recursos Próprios/FUNDEB, no Elemento de Despesa 449051 – Obras e Instalações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos da licitação em especial no cronograma físico-financeiro.

- § 1º Os pagamentos dos serviços serão feitos por medições
- s mensais, pela Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI, em moeda legal e corrente no País, através de ordem bancária em parcelas compatíveis com o Cronograma Físico e Financeiro, contra a efetiva execução dos serviços e apresentação de seus efeitos, tudo previamente atestado pelo setor competente da PMO/PI, mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - I Notas Fiscais de Serviços/Fatura
- II Cópia da guia da Previdência Social GPS e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços FGTS, devidamente quitado, relativo ao mês da última competência vencida
- § 2º A Contratada poderá apresentar a PMO para pagamento, fatura ou documento equivalente. Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pela PMO durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame a PMO, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 20 (vinte) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º







dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura, quanto aos prazos aqui estabelecidos.

- § 3º Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pela PMO, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.
- § 4º Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.
- § 5º Havendo atraso no pagamento, a Contratada terá direito à percepção de juros à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata dia*. Não haverá atualização monetária em decorrência de atraso no pagamento, a menos que este seja superior a um ano.
- § 6º Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos setoriais da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço.
- § 7º A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras e serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho.
- § 8º Todos os pagamentos devidos à CONTRATADA considerar-se-ão feitos, de pleno direito, quando os valores respectivos sejam depositados na **Conta Corrente**, mantida pela CONTRATADA junto ao **Banco**, **Agência**, valendo à PMO como comprovantes de pagamento e como instrumento de quitação, os recibos dos depósitos ou transferências bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços contratuais poderão ser reajustados com periodicidade anual, nos termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, tomando-se por base a data de que trata o subitem 2.1, pela variação de Índices Nacionais, calculados pela Fundação Getúlio Vargas e publicados na seção de Índices Econômicos da revista "Conjuntura Econômica" da FGV, pela seguinte fórmula:

$$R = V \quad \boxed{\begin{array}{c} I - Io \\ \hline Io \end{array}}$$

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da obra/serviço a ser reajustado;

lo = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta, *pro rata dia*;

= Índice relativo à data do reajuste, pro rata dia.

- § 1º O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica.
- § 2º Ocorrendo a hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste Edital, o Contrato decorrente desta Licitação, se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.
- § 3º Em caso de atraso na execução das obras/serviços atribuível à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios:
 - a) Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras/serviços seria realizada de conformidade com o programado no cronograma físicofinanceiro;
 - b) Se os índices diminuírem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as obras/serviços forem executados.







CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS

Todos os tributos que incidirem ou vierem a incidir sobre este Contrato ou sobre os serviços contratados, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA e deverão ser pagos nas épocas devidas.

Parágrafo Único - No caso de criação de novos tributos ou alteração nas alíquotas de tributos existentes, os preços sobre os quais incidirem esses tributos serão revistos a partir da época em que ocorrer a alteração da legislação tributária, aumentando-se ou reduzindo-se aqueles preços da maneira apropriada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS PRAZOS

- I. O prazo para execução das obras e serviços de que trata este Contrato é de 03 (três) meses, contados a partir da data de recebimento pela CONTRATADA, da Ordem de Serviços, emitida pela PMO.
- II. O presente contrato terá vigência de xxxx (xxxxxxxx) dias da data da sua assinatura, o qual corresponde à soma do Prazo de Execução da Obra (60 dias); mais o Prazo para Recebimento Provisório da obra (15 dias contados da comunicação escrita do contratado); mais o Prazo para Recebimento Definitivo da obra (60 dias contados do recebimento provisório)
 - § 1º Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, de conformidade com o disposto no § 1º do Art. 57, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, desde que justificado por escrito e devidamente aprovado pela PMO.
 - § 2º O contrato se extinguirá 5 (cinco) dias após o recebimento definitivo da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

A CONTRATADA assume inteira responsabilidade profissional pela execução das obras e serviços contratados, obrigando-se, ainda a comunicar à PMO, a designação do dirigente técnico, cabendo a esse a responsabilidade total de agir em nome da CONTRATADA, acumulando, se for o caso, as responsabilidades administrativas decorrentes, bem como comunicar previamente todas as substituições que vier a operar em sua equipe técnica alocada aos trabalhos objeto do presente Contrato.

Parágrafo único - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA assume inteira responsabilidade por danos e prejuízos causados à PMO ou a terceiros na execução das obras e serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, parciais ou totais, a pessoas, materiais ou coisas, isentando a PMO de todas as reclamações que possam surgir em conseqüência deste Contrato, ainda que tais reclamações resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas na execução dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A contratada obriga-se a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em conseqüências da execução dos trabalhos. Será de exclusiva responsabilidade da contratada a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.







- § 1º A contratada será única, integral e exclusivo responsável em qualquer caso por todos os prejuízos, de qualquer natureza, que causar a PMO ou, ainda, a terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços objeto do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores.
- § 2º A contratada será, também, responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamento necessários às obras e serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto do Contrato e sua entrega perfeitamente concluída.

§ 3º A contratada deverá:

- a. Providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessários à assinatura do Contrato, como também no decorrer da execução das obras e serviços;
- b. Registrar o Contrato no CREA e apresentar, à FISCALIZAÇÃO, o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica";
- c. Responsabilizar-se pela efetivação de seguros para garantia de pessoas e bens;
- d. Fornecer e colocar no Canteiro de Obras as placas ou outras formas de divulgação das fontes de financiamento e de coordenação das obras e serviços, conforme modelos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO;
- e. Manter permanentemente no local das obras e serviços, equipe técnica composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, que assuma perante a FISCALIZAÇÃO a Responsabilidade Técnica pelas obras e serviços, até a entrega definitiva do objeto do Contrato, inclusive com poderes para deliberar determinações de emergência caso se tornem necessárias:
- f. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção das obras e serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;
- g. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, no sentido de garantir a salubridade e segurança no canteiro de obras e serviços;
- h. Quando, por motivo de força maior, houver necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter, previamente e por escrito à FISCALIZAÇÃO, a pretendida substituição;
- i. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, os defeitos ou incorreções verificadas nas obras ou serviços, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais inadequados ou não correspondentes às especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Alterações do contrato original que venham a ser necessárias serão incorporadas ao Contrato durante sua vigência, mediante termos aditivos com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

- I unilateralmente pela PMO:
 - a. Quando, por sua iniciativa, houver modificações dos detalhes executivos ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto;
 - b. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto até o limite permitido na forma do artigo 65 § 1º da Lei 8666/93, do valor inicial do contrato ou instrumento equivalente.
- II por acordo entre as partes:
 - a- Quando houver a substituição de garantia de execução, por deliberação conjunta das







partes;

- b Quando necessária à modificação do regime de execução, em fase de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos do contrato original;
- c. Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao Cronograma Financeiro fixado, sem correspondente contra-prestação da execução do objeto.
- § 1º Os serviços adicionais cujos preços unitários não são contemplados na Proposta inicial serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitando os limites estabelecidos na letra "b", do inciso I.
- § 2º No caso de supressão de parte do objeto do Contrato, se a contratada já houver adquirido os materiais, ou se já os tiver adquirido e posto nos locais de trabalhos, este deverão ser pagos pelos custos de aquisição, transporte e outros regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos, eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.
- § 3º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos após a data de apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desses, para mais ou para menos, conforme o caso.
- § 4º Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da contratada, a PMO deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio Econômico-Financeiro inicial.
- § 5º A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 65 § 1º da Lei 8666/93, do valor inicial do contrato.
- I Durante todo o período de execução do contrato será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no neste Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa vencedora, de forma a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO da execução das obras e serviços será feita pela Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições do Edital, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato.

- § 1º Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso não previsto no Edital, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da PMO, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.
- § 2º Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:
 - a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra;
 - Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;







- c) Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;
- d) Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;
- e) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de Serviços;
- f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;
- g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;
- h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- i) Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços executados.
- j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas;
- k) Dar à Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;
- I) Relatar oportunamente à Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.
- m) Examinar os livros e registros.
- § 3º A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.
- § 4º Com relação ao "Diário de Ocorrência", compete à FISCALIZAÇÃO:
 - a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pelo licitante contratado;
 - b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas;
 - c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário;
 - d) Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe;
 - e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe;
 - f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;
 - g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PENALIDADES

As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93.

- § 1º A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:
 - a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
 - b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
 - c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.
- § 2º Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:
 - a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da Prefeitura







- Municipal de OEIRAS-PI, no cumprimento de suas atividades;
- b) Desatender às determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI; e
- c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.
- § 3º Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:
 - a) Executar os serviços em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
 - Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
 - c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

§ 4º ADVERTÊNCIA

- a) A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:
 - a.1) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de OEIRAS-PI, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
 - a.2) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade:
 - a.3) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da PMO, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.
- § 5º SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO
 - a) A suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de OEIRAS-PI pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;
 - b) A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de OEIRAS-PI nos seguintes prazos e situações:
 - b.1) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:
 - b.1.1) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Município de OEIRAS-PI:
 - b1.2) Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.
 - b.2) Por um ano:
 - b.2.1) Quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela PMO.
 - b.3) Por 02 (dois) anos, quando a contratada:
 - b.3.1) Não concluir os serviços contratados;
 - b.3.2) Prestar os serviços em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela PMO;







- b.3.3) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Município, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;
- b.3.4) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b.3.5) Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de OEIRAS-PI, em virtude de atos ilícitos praticados;
- b.3.6) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da PMO.
- § 6º DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 - a) A declaração de inidoneidade será proposta pelo [agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual ao Prefeito Municipal se constatada a máfé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de OEIRAS-PI, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de OEIRAS-PI ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.
 - b) A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o Prefeito Municipal, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
 - c) A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada à contratada nos casos em que:
 - c.1) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c.2) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
 - c.3) demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de OEIRAS-PI, em virtude de atos ilícitos praticados;
 - c.4) reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da PMO, em caso de reincidência;
 - c.5) apresentar à PMO qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
 - c.6) praticar fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.
 - d) Independentemente das sanções a que se referem os parágrafos primeiro, segundo e terceiro, o licitante ou contratado está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a PMO propor que seja responsabilizada:
 - d.1) civilmente, nos termos do Código Civil;
 - d.2) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
 - d.3) criminalmente, na forma da legislação pertinente.
- § 7º Nenhum pagamento será feito ao executor dos serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.
- § 8º As sanções serão aplicadas pelo Prefeito Municipal, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.







§ 9º As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

- O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido:
 - I Administrativamente, nos seguintes casos:
 - a. Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
 - b. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
 - c. Lentidão no seu cumprimento, levando a PMO a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
 - d. Atraso injustificado no início das obras, serviços ou fornecimentos;
 - e. A paralisação das obras, dos serviços ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a PMO;
 - f. A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pela PMO.
 - g. Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
 - h. Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;
 - Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo da Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI, ponham em risco a perfeita execução das obras e serviços;
 - j. Dissolução da sociedade contratada;
 - k. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo da Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI, prejudique a execução do Contrato:
 - Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinada pela Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;
 - m. Supressão de obras e serviços que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;
 - n. Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
 - Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
 - Não liberação, pela PMO, de área ou local para execução dos serviços, nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
 - q. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.
 - r. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais







cabíveis.

- II Amigavelmente pelas partes.
- III Judicialmente.
- § 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- § 2º No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras "I", "m", "n", "o", "p" e "q", do inciso I sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovado, tendo ainda direito a:
 - I Devolução da garantia prestada;
 - II Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;
 - III Pagamento do custo de desmobilização.
- § 3º A rescisão administrativa elencadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h" "i", "j", "k" "l" e "q", poderá acarretar as seguintes conseqüências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:
- I assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da PMO:
- II ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações:
- III execução de garantia contratual, para ressarcimento a PMO dos valores das multas e indenizações a ela devida;
- IV retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados a PMO.
- § 4º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do parágrafo anterior fica a critério da PMO, que poderá dar continuidade às obras e serviços por execução direta ou indireta.
- § 5º O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pela PMO, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução das obras e serviços contratados, sem prévia e expressa autorização da PMO.
- § 6º Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.
- § 7º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- § 8° Serão assegurados os reconhecimentos dos direitos da Administração, no caso de rescisão administrativa previsto no art. 77 da Lei n° 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

22.1. O licitante contratado não poderá ceder sub-rogar, parcial ou totalmente as obras e serviços objeto deste Edital por não haver respaldo legal, poderá, no entanto, subcontratar mediante prévia autorização, por escrito, observando-se, quando concedida autorização para subcontratação, celebrar com o terceiro a quem subcontratar. Contrato com inteira obediência aos termos do







Contrato original firmado com a PMO e sob a sua inteira e exclusiva responsabilidade e não poderá ultrapassar de 30% (trinta) por cento do valor do objeto contratado, na forma determinada pela PMO.

- 22.1.1 A subcontratação só será possível se autorizada no contrato. A subcontratação deve efetivar-se somente após verificado o atendimento a todas as condições de habilitação constantes do edital.
 - 22.1.2 Caso seja efetivada sem autorização, constitui motivo de rescisão contratual.
- 22.1.1 No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal do serviço de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.
- 22.1.2 A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante à PMO, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.
- 22.1.3 A PMO se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas se submetam à comprovação de suficiência a ser por ela realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 23.1 Concluídos os serviços, após comunicação formal por escrito do adimplemento total da conclusão pelo contratado, a Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI procederá ao recebimento provisório do objeto, pela FISCALIZAÇÃO, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita ao contratado.
- 23.2 A Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI receberá os serviços em caráter definitivo em prazo não superior a 30 (trinta) dias do recebimento provisório. Durante o período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, ficará o contratado obrigado a efetuar reparos que, a juízo da Prefeitura Municipal de OEIRAS-PI se fizerem necessários quanto à qualidade e segurança do objeto.
- 23.3 Encerrado o prazo fixado no subitem anterior, o objeto será recebido definitivamente por uma comissão designada para tal fim, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, desde que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções civis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e os que se tornarem controvertidos serão decididos pela Lei nº 8.666/93, garantido à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa de seus interesses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA

A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pela PMO nos termos do Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O início da vigência ocorrerá da data da assinatura deste contrato.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO

Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada à analise por esta administração contratante







do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLAUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORO

TESTEMUNHAS:

Fica eleito o foro da cidade de OEIRAS (PI), como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Contrato.

E, para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 03 (três) vias, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

OEIRAS-PI, de de 2022
Prefeito Municipal
CONTRATADA



REF.: TOMADA DE PREÇOS nº 012/2022





ANEXO II

MODELOS DE DECLARAÇÃO SOBRE EMPREGADOS MENORES







ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS E DE DISPONIBILIDADE DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Declaramos que a instalação do canteiro de obras para execução do objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 012/2022, será feita nos moldes consagrados, visando à boa funcionalidade e um perfeito apoio logístico para empreendimento. Declaramos ainda que colocaremos em disponibilidade para consecução dos objetivos da presente Licitação, todas as máquinas e equipamentos necessários.

Local e Data

Carimbo, nome e assinatura do representante legal.
Carteira de Identidade (N e Órgão Expedidor)
Endereço:
CEP:







ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS DETALHES EXECUTIVOS

Declaramos para os devidos fins que examinamos os detalhes executivos que
acompanham este Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 012/2022 e que conhecemos todos os
aspectos peculiares à execução das obras/serviços de que trata esta licitação. Assim, declaramos
dispor de todas as informações necessárias para fins de preparação de nossa PROPOSTA DE
PREÇOS.

Local e Data

Nome e assinatura do representante legal da Empresa..... Carteira de Identidade (N e Órgão Expedidor) Endereço: CEP:







ANEXO V

TOMADA DE PREÇOS nº 012/2022 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(NOME DA EMPRESA)		
CNPJ OU CIC Nº	, sediada	
	(endereço completo)	
	sente data não existem fatos impeditivos para rigatoriedade de declarar ocorrências posteri	
Fatos:		
1.		
2.		
3.		
5.		
	Local e Data	
	Loodi o Bala	
Nome e núme	ro da identidade do declarante.	







Modelo de Proposta de Preços

Correio eletrônico: Dados Bancários:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS-PI /PI

Aos cuidados da Comissão de Licitação da TOMADA DE PREÇOS nº 012/2022
Prezados Senhores,
Após exames dos documentos de licitação, propomos realizar os serviços constantes da nossa Proposta Técnica, pelo valor total de[valor total da proposta em cifras e por extenso], conforme planilhas de custos e cronogramas de pagamentos, anexos. Informamos que os preços ofertados são firmes e irreajustáveis durante o prazo e validade desta proposta. Estão inclusos nesses preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretos e/ou indiretos. São de nossa inteira responsabilidade as diferenças que porventura venham a ocorrer, resultantes de omissão ou incorreção na cotação da proposta.
Prazo de Execução das Obras/Serviços() dias Prazo de Validade das Propostas 60 (sessenta) dias
Comprometemo-nos em manter esta proposta durante o prazo estabelecido nos termos da Licitação em epígrafe, qual seja, a contar da data fixada para abertura das respectivas propostas.
,dede <nome da="" empresa="" instituição=""></nome>
<assinatura> [Nome Completo] [na qualidade de]</assinatura>
Endereço: Telefone: Fax:







ANEXO VII – PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022

LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO

BDI = 22,41%

PLANILHA RESUMO

İTEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)	REFERÊNCIA
1.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	mês	3,00	3.654,25	10.962,75	COMPOSIÇÃO 01
2.0	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA 2,00 X 2,00 m	un	1,00	2.666,50	2.666,50	COMPOSIÇÃO 02
3.0	REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA COM CONSTRUÇÃO DE COBERTURA	un	1,00	525.501,78	525.501,78	PLANILHA EM ANEXO
	TOTAL	GERAL COM	LEIS SOCIA	AIS E BDI (R\$)	539.131.03	

Estefane Oliveira Nunes Engenheira Civil CREA P131756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022 LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO BDI = 22,41%

REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA COM CONSTRUÇÃO DE COBERTURA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

İTEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	REFERÊNCIA	TOTAL
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES						3.441,01
1.1	Demolição e Retirado do Alambrado existente de forma manual sem reaproveitamento	m²	68,40	42,67	2.918,63	COMPOSIÇÃO 03	
1.2	Demolição de mureta de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento	M ^a	9,37	55,75	522.38	SINAPI 97622	
2.0	MOVIMENTO DE TERRA						3.399,17
2.1	Escavação manual de vala p/ blocos do alambrado (40x40x85)cm	M ³	3,92	84,40	330,85	SINAPI 93358	
2.2	Escavação manual de valas p/blocos concreto ciclópico para cobertura	M3	20,02	84,40	1.689.69	SINAPI 93358	
2.3	Apiloamento de fundo de valas	M ²	24,50	6,27	153.62	\$INAPI 101616	
2.4	Reaterro de vala com compactação manual	M3	23,94	51,17	1.225.01	SINAPI 96995	
3.0	INFRA-ESTRUTURA						18.351.21
3.1	Bloco de concreto ciclópico p/ pilares da cobertura	M3	18.20	798.21	14.527.42	SINAPI 102487	,
3.2	Bloco de concreto ciclópico do alambrado	Ms	3.64	798.21	2.905.48	SINAPI 102487	
3.3	Base em concreto simples esp. 5cm	M ²	22.68	40.49	918.31	SINAPI 95241	
4.0	PAVIMENTAÇÃO						108.061,41
4.1	Lastro em concreto simples e=5.0 cm	M²	553,65	40.49	22.417.29	SINAPI 95241	
4.2	Piso em granilite. e=8mm, incluso juntas de dilatação plásticas	m²	553,65	154.69	85.644.12	COMPOSIÇÃO 04	
	1		000,00	101,00	00.01.,12	COM CONTROL	
5.0	COBERTURA						263.729,86
5.1	Estrutura metálica p/cobertura com telha metálica	m²	957.59	186.70	178.782.05	COMPOSIÇÃO 05	200.120,00
5.2	Cobertura c/telha de aco zincado trapezoidal esp. 0.5mm	M²	957.59	88.71	84.947.81	SINAPI 94213	
J.2	CONDITION OF CHILD OF BY DECIDING CODE CONTINUE	141	55,155	00,71	04.341,01	0117111 34213	
6.0	INSTALAÇÕES						15,499,70
6.1	Instalações elétricas	UN	1.00	15,499,70	15,499,70	PLANILHA EM ANEXO	10.400,70
0.1	motatid Quality Control Contro	014	1,00	10.455,10	10.455,10	T D WILLIAM CHILD TO	
7.0	REVESTIMENTOS						340.73
7.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0.5 cm (Reparos na arquibancada)	M²	8,38	5,39	45,17	SINAPI 87878	0.10)70
7.2	Reboco paulista em argamassa 1:2:8, esp.= 2cm (Reparos na mureta)	M²	8,38	35.27	295.56	SINAPI 87535	
1.2	response position entrargantassa 1.2.0, 05p. 2011 (repaires ha marcia)	101	0.00	00,21	200,00	CHECK FOR COOL	
8.0	PINTURA						6.045,71
8.1	Demarcação com tinta acrílica p/piso de faixas em quadra e=8,0 cm, três demãos	m	149,78	22.72	3.403.00	COMPOSIÇÃO 06	0.043,71
8.2	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	M²	176.77	14.95		SINAPI 88489	
0.2	Apricação mandardo printera com unta latex acrinica em parcoes, obas cemados	IVI	170,77	14,85	2.042,71	31NAF1 00400	
9.0	SERVICOS COMPLEMENTARES						105,226,99
9.1	Conjunto de traves de ferro galvanizado oficial p/futsal 300x200cm com rede de nylon 4mm	ci	1.00	5.787.53	5.787.53	COMPOSIÇÃO 07	100.220,99
0.1	Fornecimento e instalação de rede de proteção em nylon malha 10 x 10 cm para quadra de	U)	1,00	3.701,00	5.701,55	CONIF COIQAC VI	
9.2	esporte	m²	78.40	24.48	1,919,23	COMPOSIÇÃO 08	
9.2			76,40	24,46	1.919,23	COMPOSIÇÃO 08	
	Alambrado em tubo de aço galvanizado Ø50 mm, com tela de arame galvanizado fio 14 BWG e						
9.3	malha quadrada (5 x 5)cm	M²	184,86	228,25	42.194,30	SINAPI 102362	
9.4	Construção do muro	un	1,00	55.325,93	55.325,93	Planilha em Anexo	
10.0	SERVIÇOS FINAIS						1.405,99
10.1	Limpeza final da obra	M²	553,65	1,98	1.096,23	SINAPI 99814	
	Carga, manobra e descarga de entulho em caminhão basculante 6 m² - carga com						
10.2		m ³	8,00	29,39		COMPOSIÇÃO 09	
10.3	Remoção de entulho com transporte em caminhão basculante 6 m³	m ³	8.00	9,33	74,64	COMPOSIÇÃO 10	
				TOTA	GERAL (R\$)		525.501.78

Estéfane Oliveira Nunes Ergenseiro Civil CREA-M 31756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022 LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO BDI = 22,41%

MEMÓRIA DE CÁLCULO - REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA COM CONSTRUÇÃO DE COBERTURA

ÍTEM	SERVIÇOS	TRC.	UNID.	TIPO	QUANT.	COMPR.(m)	LARGURA(m)	ALTURA(m)	ÁREA(m²)	VOLUME(m³)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL İTEM
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES												
1.1	Demolição e Retirado do Alambrado existente de forma manual sem reaproveitamento	1	m²	tap1	1,00	68,40	1,00		68,40	0,00	0,00	68,40	68,40
1.2	Demolição de mureta de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento	1	m³	lim1	1,00	78,11	0,15	0,80	11,72	9,37	0,00	9,37	9,37
2.0	MOVIMENTO DE TERRA												
2.1	Escavação manual de vala p/ blocos do alambrado (40x40x85)cm	1	m³	esc1	28,00	0,40	0,40	0,85	0,16	0,14	0,00	3,92	3,92
2.2	Escavação manual de valas p/blocos concreto ciclópico para cobertura	1	m³	esc1	14,00	1,30	1,10	1,00	1,43	1,43	0,00	20,02	20,02
2.3	Apiloamento de fundo de valas	Blocos Cobertura	m²	api1	14,00	1,30	1,10		1,43	0,00	0,00	20,02	24,50
2.3	Apiloamento de fundo de valas	Alambrado	m²	api3	28,00	0,40	0,40		0,16	0,00	0,00	4,48	
2.4	Reaterro de vala com compactação manual		m³	ater1	23,94	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	23,94	23,94
3.0	INFRA-ESTRUTURA												
3.1	Bloco de concreto ciclópico p/ pilares da cobertura	1	m³	blc1	14,00	1,30	1,00	1,00	1,30	1,30	0,00	18,20	18,20
3.2	Bloco de concreto ciclópico do alambrado	1	m³	blc1	28,00	0,40	0,40	0,80	0,16	0,13	0,00	3,64	3,64
3.3	Base em concreto simples esp. 5cm	1	m²	bas1	14,00	1,30	1,00	0,00	1,30	0,00	0,00	18,20	22,68
3.3	Base em concreto simples esp. 5cm	1	m²	bas1	28,00	0,40	0,40	0,00	0,16	0,00	0,00	4,48	

Estéfane Oliveira Nunes Esgendaria Livii CREA-P131756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022 LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO BDI = 22,41%

MEMÓRIA DE CÁLCULO - REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA COM CONSTRUÇÃO DE COBERTURA

ÍTEM	SERVIÇOS	TRC.	UNID.	TIPO	QUANT.	COMPR.(m)	LARGURA(m)	ALTURA(m)	ÁREA(m²)	VOLUME(m³)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL ÎTEM
4.0	PAVIMENTAÇÃO												
4.1	Lastro em concreto simples e=5,0 cm	area de jogo	m²	las1	1,00	553,65	1,00	1,00	553,65	553,65	0,00	553,65	553,65
4.2	Piso em granilite, e=8mm, incluso juntas de dilatação plásticas	1	m²	pis1	1,00	553,65	1,00		553,65	0,00	0,00	553,65	553,65
5.0	COBERTURA												
5.1	Estrutura metálica p/cobertura com telha metálica	1	m²	est1	1,00	957,59	1,00	0,00	957,59	0,00	0,00	957,59	957,59
5.2	Cobertura c/telha de aço zincado trapezoidal esp. 0,5mm	1	m²	cob1	1,00	957,59	1,00	0,00	957,59	0,00	0,00	957,59	957,59
	WOTAL AGOTO												
6.0	INSTALAÇÕES												
6.1	Instalações elétricas	1	un	ins1	1,00				0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
	REVESTIMENTOS												
	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm (Reparos na arquibancada)	1	m²	cha1	1,00	8,38		1,00	8,38	0,00	0,00	8,38	8,38
7.2	Reboco paulista em argamassa 1:2:8, esp.= 2cm (Reparos na mureta)	1	m²	reb1	1,00	8,38		1,00	8,38	0,00	0,00	8,38	8,38

Estefane Oliveira Nunes Engenhera Civil CREA-P131756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022

LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO

BDI = 22,41%

MEMÓRIA DE CÁLCULO - REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA COM CONSTRUÇÃO DE COBERTURA

ÍTEM	SERVIÇOS	TRC.	UNID.	TIPO	QUANT.	COMPR.(m)	LARGURA(m)	ALTURA(m)	ÁREA(m²)	VOLUME(m³)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL ÎTEM
8.0	PINTURA												
8.1	Demarcação com tinta acrilica p/piso de faixas em quadra e=8,0 cm, três demãos	1	m	pin1	1,00	149,78	1,00		149,78	0,00	0,00	149,78	149,78
8.2	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrilica em paredes, duas demãos	Arquibancada	m²	pin2	1,00	104,80	0,80		83,84	0,00	0,00	83,84	
8.2	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrilica em paredes, duas demãos	Arquibancada	m²	pin3	1,00	66,38	1,40		92,93	0,00	0,00	92,93	176,77
9.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES												
9.1	Conjunto de traves de ferro galvanizado oficial p/futsal 300x200cm com rede de nylon 4mm	1	cj	cj1	1,00				0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
9.2	Fornecimento e instalação de rede de proteção em nylon malha 10 x 10 cm para guadra de esporte	1	m²	Tela1	2,00	39,20	1,00		39,20	0.00	0,00	78.40	78,40
	Alambrado em tubo de aço galvanizado Ø50 mm, com tela de arame galvanizado fio 14 BWG e malha quadrada (5 x 5)cm	1	m²	alam1	1,00	184,86			184,86	·	,	184,86	,
9.4	Construção do muro	1	un	muro	1.00	-	1,00	0.00	0.00			1,00	
		· ·			1,00			5,50	- 5,55	0,00	0,00	.,00	.,00
10.0	SERVIÇOS FINAIS												
10.1	Limpeza final da obra	1	m²	lim2	1,00	553,65	1,00		553,65	0,00	0,00	553,65	553,65
10.2	Carga, manobra e descarga de entulho em caminhão basculante 6 m² - carga com escavadeira hidráulica	1	m³	ent1	1,00	8,00	1,00	1,00	8,00	8,00	0,00	8,00	8,00
10.3	Remoção de entulho com transporte em caminhão basculante 6 m³	1	m³	rem1	1,00	8,00	1,00	1,00	8,00	8,00	0,00	8,00	8,00

Estéfane Oliveira Nunes Engenteira Civil CREA-PI 31756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022

LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO BDI = 22,41%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - MURO

	FLANIENA				_		
ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL	FONTE	CÓDIGO
1.0	MOVIMENTO DE TERRA						
1.1	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30 m	M³	12,50	84,40	1.055,00	SINAPI	93358
1.2	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30 m	M³	2,24	84.40	189,06	SINAPI	93358
1.3	Preparo de fundo de vala com largura menor que 1,5 m (acerto do solo natural)	M²	36,36	6,27	227,98	SINAPI	101616
					1.472,04		
2.0	INFRA-ESTRUTURA						
2.1	Embasamento c/pedra argamassada utilizando arg.cim/areia 1:4	m³	12,50	647,14	8.089,25	COMPOS	IÇÃO 11
2.2	Concreto ciclopico fck=10mpa 30% pedra de mao inclusive lancamento	M ³	1,92	798,21	1.532,56	SINAPI	102487
2.3	Lastro de concreto magro, aplicado em pisos ou radiers, espessura de 5 cm	M²	5,12	40.49	207,31	SINAPI	95241
2.4	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 14x9x19cm (espessura 14cm, bloco deitado) de paredes com área líquida maior ou igual a 6m² com vãos e argamassa de assentamento com preparo em betoneira	M²	15,62	130,49	2.038,25	SINAPI	103333
3.0	SUPERESTRUTURA				11.867,37		
3.1	Concreto fck = 25mpa, traço 1:2,3:2,7 (cimento/ areia						
3.1	média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400 l	M³	1,04	712,39	740,89	SINAPI	94965
3.2	Concreto fck = 20mpa, traço 1:2,7:3 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400 l	M³	1,09	679,77	740,95	SINAPI	94964
3.3	Lançamento com uso de baldes, adensamento e		0.40	201.00		0111451	
3.4	acabamento de concreto em estruturas Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em uma edificação térrea ou sobrado utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem.	M³	2,13	294,03	626,28	SINAPI	103670
		KG	151,55	17,00	2.576,35	SINAPI	92761
3.5	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em uma edificação térrea ou sobrado utilizando aço ca-60 de 5,0 mm - montagem.	KG	112,59	18,03	2.030,00	SINAPI	92759
3.6	Montagem e desmontagem de fórma de pilares retangulares e estruturas similares com área média das seções maior que 0,25 m², pé-direito simples, em madeira serrada, 4 utilizações.	M²	38,66	110,08	4.255,69 10.970,16	SINAPI	92413
4.0	PAREDES E PAINÉIS				10.570,16		
4.1	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x14x19cm (espessura 9cm) de paredes com área liquida maior ou igual a 6m² sem vãos e argamassa de assentamento com preparo em betoneira						103332
		M²	140,60	129,20	18.165,52	SINAPI	
5.0	REVESTIMENTOS				18.165,52		
5.1	Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 com preparo em betoneira 400l	M²	281,20	4,85	1.363,82	SINAPI	87879
5.2	Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1.2.8, preparo mecânico com betoneira 400l, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 10mm, com execução de taliscas	M²	281,20	25,90	7.283,08	SINAPI	87547
6.0	DINTUDA				8.646,90		
6.0 6.1	PINTURA Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	M²	281,20	14,95	4.203,94 4.203,94	SINAPI	88489
					71200,07		
	TOTAL GERAL (R\$)				55.325,93		

Estéfane Oliveira Nunes Engenseira Civil CREA-P131756 RN 1916831346









PORTIVA COM CONSTRUÇÃO DE COBERTURA RABA - ZONA URBANA - OEIRAS

CONSTRUÇÃO DA MURO

ÍTEM	SERVIÇOS	TRECHO	UNID.	QUANT.	COMPR. (m)	LARGURA (m)	ALTURA (m)	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL İTEM
1.0	MOVIMENTO DE TERRA											
1.1	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30 m	1	m³	1.00	78,11	0.40	0,40	31.24	12.50	_	12,50	12,50
1.2	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30 m	1	m³	32,00	0,40	0,40	0,45	0,16	0,07	-	2,24	2,24
1.3	Preparo de fundo de vala com largura menor que 1,5 m (acerto do solo natural)	2	m²	1,00	78,11	0,40		31,24	-	-	31,24	
	Preparo de fundo de vala com largura menor que 1,5 m (acerto do solo natural)	1	m²	32,00	0,40	0,40		0,16	-	_	5,12	36,36
2.0	INFRA-ESTRUTURA											
2.1	Embasamento c/pedra argamassada utilizando arg.cim/areia 1:4	1	m ^a	1,00	78,11	0,40	0,40	31,24	12,50	-	12,50	12,50
2.2	Concreto ciclopico fck=10mpa 30% pedra de mao inclusive lancamento	1	m ^a	32,00	0,40	0,40	0,40	0,16	0,06	_	1,92	1,92
2.3	Lastro de concreto magro, aplicado em pisos ou radiers, espessura de 5 cm	1	m²	32,00	0,40	0,40	0,05	0,16	0,01		5,12	5,12
2.4	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 14x8x19cm (espessura 14cm, bloco deltado) de paredes com área líquida malor ou igual a 6m² com vãos e argamassa de assentamento com preparo em betoneira	1	m²	1,00	78,11	0,20	-	15,62	-	-	15,62	15,62
3.0	SUPERESTRUTURA											
3.1	Concreto fok = 25mpa, traço 1:2,3:2,7 (cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400 l	concreto p/ os pilares	m³	1,040	1,000	1,00	1,00	1,00	1,00	-	1,04	1,04
3.2	Concreto fck = 20mpa, traço 1:2,7:3 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400 l	concreto p/ as cintas	m ^s	1.090	1,000	1.00	1,00	1,00	1,00	_	1,09	1,09
3.3	Lançamento com uso de baldes, adensamento e acabamento de concreto em estruturas	1	m ^a	1,040	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	_	1,04	
3.3	Lançamento com uso de baldes, adensamento e acabamento de concreto em estruturas	1	m³	1,090	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	-	1,09	2,13
	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em uma edificação térrea ou sobrado utilizando aço ca-50 de 8,0 mm - montagem.	Pilares	kg	151,55	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	-	151,55	151,55
	Armação de pilar ou viga de uma estrutura convencional de concreto armado em uma edificação térrea ou sobrado utilizando aço ca-60 de 5,0 mm - montagem.	Pilares e cintas	kg	112,59	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	_	112,59	112,59
3.6	Montagem e desmontagem de fôrma de pilares retangulares e estruturas similares com área média das seções maior que 0,25 m², pé-direito simples, em madeira serrada, 4 utilizações.	Pilares e cintas	m²	1,00	38,66	1,00	1,00	38,66	38,66	_	38,66	38,66

Estéfane Oliveira Nunes Engenseira Civil CREA: Pl 31756 RN 1916831346









PORTIVA COM CONSTRUÇÃO DE COBERTURA {ABA - ZONA URBANA - OEIRAS

CONSTRUÇÃO DA MURO

ÍTEM	SERVIÇOS	TRECHO	UNID.	QUANT.	COMPR. (m)	LARGURA (m)	ALTURA (m)	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL İTEM
4.0	PAREDES E PAINÉIS											
	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9xt 4xt 9cm (espessura 9cm) de paredes com área liquida maior ou igual a 6m² sem vãos e argamassa de assentamento com preparo em betoneira	1	m²	1,00	78,11		1,80	140,60	-	-	140,60	140,60
5.0	REVESTIMENTOS											
5.1	Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo em betoneira 400l	1	m²	2.00	78,11		1,80	140.60	_	-	281,20	281,20
5.2	Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo mecânico com betoneira 4001, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 10mm, com execução de taliscas	1	m²	2,00	78,11		1,80	140,60	-	-	281,20	281,20
6.0	PINTURA											
6.1	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	1	m²	2,00	78,11		1,80	140,60	-	-	281,20	281,20

Estéfane Oliveira Nunes Engen**sein** Ctvii CREA PI 31756 RN 1916831346









FONTES DE CUSTO SINAPI : JULHO/2022 ORSE : JULHO/2022

LSO: 111,86% - SEM DESONERAÇÃO

BDI: 22,41%

6.1	ORÇAMENTO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - QUADRA						
ltem	Materiais	Unid.	Quant.	Custo unitário (R\$)	Valor (R\$)	Referência	Código
6.1.1	Refletor simples LED 150W de potência, branco Frio, 6500k, Bivolt, marca Nit rolux ou similar, de aproximadamente 15.000Lm, completa, fornecimento e instalação	un	18,00	359,20	6.465,60	CA-1(74246/1- SINAPI)	CA-1
6.1.2	Cabo de cobre flexível isolado, 4.0 mm², anti-chama 0,6/1,0 kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação.	m	72,45	8,68	628,87	SINAPI-jul/2022	91929
6.1.3	Cabo de cobre flexível isolado, 2.5 mm², anti-chama 0.6/1,0 kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação.	m	441,00	6,17	2.720,97	SINAPI-jul/2022	91927
6.1.4	Eletroduto eletroduto flexivel plano em PEAD, cor preta e laranja, diametro 25 mm - fornecimento e instalação.	un	94,50	9,27	876,02	CA-2(91844SINAPI)	CA-2
6.1.5	Eletroduto eletroduto flexivel plano em PEAD, cor preta e laranja, diametro 32 mm - fornecimento e instalação.	un	13,65	8,85	120,80	CA-3(91846SINAPI)	CA-3
6.1.6	Eletroduto flexível liso, pead, dn 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalado em laje - fornecimento e instalação. af 12/2015	m	24,15	8,87	214,21	SINAPI-jul/2022	91849
6.1.7	Eletroduto rigido roscável, PVC, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalado em laje - fornecimento e instalação.	m	8.40	13,51	113,48	SINAPI-jul/2022	91868
6.1.8	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalada em forro - fornecimento e instalação.	un	5,00	38,80	194,00	CA-4(91893SINAPI)	CA-4
6.1.9	Curva 135 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalada em forro - fornecimento e instalação.	un	1,00	49,29	49,29	CA-5(91893SINAPI)	CA-5
3.1.10	Condulete de alumínio, tipo C, para eletroduto de aço galvanizado dn 32 mm (1 1/4"), aparente - fornecimento e instalação.	un	2.00	46,86	93,72	SINAPI-jul/2022	95785
.1.11	Condulete de alumínio, tipo t, para eletroduto de aço galvanizado DN 32 mm (1 1/4"), aparente - fornecimento e instalação.	un	1,00	64,29	64,29	SINAPI-jul/2022	95797
.1.12	Condulete de alumínio, tipo C, para eletroduto de aço	un	6,00	38,99	233,94	SINAPI-jul/2022	95781
.1.13	Condulete de alumínio, tipo T para eletroduto de aço galvanizado dn 25 mm (1"), aparente - fornecimento e instalação.	un	22.00	49.60	1.091,20	SINAPI-jul/2022	95796
.1.14	Condulete de alumínio, tipo Ir, para eletroduto de aço galvanizado DN 25 mm (1"), aparente - fornecimento e instalação.	un	2.00	42,12	84.24	SINAPI-jul/2022	95789
.1.15	Disjuntor monopolar tipo DIN, corrente nominal de 16A - fornecimento e instalação.	un	1,00	16,56	16,56	SINAPI-jul/2022	93654
.1.16	Disjuntor monopolar tipo DIN, corrente nominal de 10A - fornecimento e instalação.	un	5,00	15,95	79,75	SINAPI-jul/2022	93653
.1.17	Dispositivo de proteção contra surto de tensão DPS 20kA - 275V	un	2.00	115,54	231,08	CA-6	CA-6
.1.18	Quadro de distribuicao de energia sem barramento, em pvc, de sobrepor para 8 disjuntores termomagneticos monopolares - fornecimento e instalação	un	1.00	197,92	197,92	CA-6	CA-6
.1.19	Caixa enterrada elétrica retangular, em alvenaria com blocos de concreto, fundo com brita, dimensões internas: 0,4x0,4x0,4 m. af 12/2020	un	2,00	231,66	463,32	SINAPI-jul/2022	97891
.1.21	Remoção de poste de concreto e refletores	un	4.00	390,11	1.560.44	CA-8	CA-8

CONVERSÕES: CA = COMPOSIÇÃO ADAPTADA

> Estéfane Oliveira Nunes Engenseira Civil CREA-P131756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022 LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO BDI = 22,41%

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO

Administração local da obra - COMPOSIÇÃO 01				Fonte	Código	UNIDADE:
Administração local da obra - COMPOSIÇÃO 01				S/ REF.	S/C	mês
Māo-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Salário hora	Custo horário
Engenheiro civil de obra pleno com encargos complementares	15,0000	h	SINAPI	90778	105,23	1.578,45
Encarregado geral com encargos complementares	20,0000	h	SINAPI	90776	28,18	563,60
Apontador ou apropriador com encargos complementares	20,0000	h	SINAPI	90767	18,28	365,60
Auxiliar técnico de engenharia com encargos complementares	20,0000	h	SINAPI	88255	23,88	477,60
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						2.985,25
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.		Referência	Valor RS	Custo unitário
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]						2.985,25
B.D.I. = 22,41% [4]						669,00
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]						3.654,25

Placa da Obra 3,60 x 1,80 m - COMPOSIÇÃO 02				Fonte	Código	UNIDADE:
Placa da Obra 3,60 x 1,60 m - COMPOSIÇÃO 02				S/ REF.	S/C	un
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Salário hora	Custo horário
Carpinteiro de formas com enc. complementares	3,0000	h	SINAPI	88262	22,10	66,30
Servente com encargos complementares	8,000	h	SINAPI	88316	17,43	139,44
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						205,74
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.		Referência	Valor RS	Custo unitário
Placa de obra em chapa de aço 2,00 x 2,00 m	4,00	m²	SINAPI	4813	445,00	1.780,00
Peça de madeira de lei 1º qualidade 2,5 x 7,5 cm	4,00	m	SINAPI	4417	3,81	15,24
Peça de madeira 3ª qualidade 7,5 x 7,5 cm	16,00	m	SINAPI	4491	10,47	167,52
Prego 18x30	0,440	kg	SINAPI	5075	22,34	9,83
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						1.972,59
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]		+		+		2.178,33
B.D.I. = 22,41% [4]						488,17
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]				•		2.666,50

Demolicão e Retirado do Alambrado existente de forma m	anual com roanrovoi:	tamonto		Fonte	Código	UNIDADE:
COMPOSIÇÃO 03	anuai sem reaprover	tamente		ORSE	00227/ORSE - ADAPTADO	m²
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Salário hora	Custo horário
Servente c/ encargos complementares	2,0000	h	SINAPI	88316	17,43	34,86
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]	I					34,86
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.		Referência	Valor RS	Custo unitário
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						0,00
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]						34,86
B.D.I. = 22,41% [4]						7,81
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]						42,67

Estéfane Oliveira Nunes Engenadira Civil CREA-P131756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022 LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO

BDI = 22,41%

Piso em granilite esp. 8mm com juntas de dilatação, exclusive	o lootro rogulariza	ada CON	ADOSICÃO DA	Fonte	Código	UNIDADE:	
riso em gramme esp. omm com juntas de dhatação, exclusive	e lastro regulariza	auo- con	NFUSIÇAU 04	S/REF	S/C	m²	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Salário hora	Custo horário	
Pedreiro com encargos complementares	0,8000	h	SINAPI	88309	22,35	17,88	
Servente com encargos complementares	0,8600	h	SINAPI	88316	17,43	14,99	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						32,87	
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.		Referência	Valor R\$	Custa unitário	
Piso de granilite 8mm, exclusive lastro regularizado, inclusive	1.0000		SINAPI	4786	93.50	93,50	
execução	1,0000	m²	SINAFI	4700	83,50	93,50	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]	•					93,50	
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]						126,37	
B.D.I. = 22.41% [4]						28,32	

				Fonte	Código	UNIDADE:
Estrutura metálica para cobertura com telha metálica (m²) - 0	COMPOSIÇÃO 05			SINAPI	72114 - ADAPTADO	m²
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Salário hora	Custo horário
Montador de estrutura metálica	1,50	h	SINAPI	88278	19,24	28,86
Servente c/ encargos complementares	1,50	h	SINAPI	88316	17,43	26,15
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						55,01
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.		Referência	Valor R\$	Custo unitário
Perfil "U" de aço laminado, "U" 150 x 50 x # 3,42	3,3010	kg	SINAPI	10966	11,80	38,95
Cantoneira, L 40 x 40 x # 3,04	1,2630	m	SINAPI	567	14,61	18,45
Chapa de aço fina, Ch # 3,18 (1/8")	0,0870	kg	SINAPI	1321	13,34	1,16
Chapa de aço grossa, CH # 10,00 (3/8")	0,3220	kg	SINAPI	1332	13,16	4,24
Chapa de aço grossa, CH # 6,35 (1/4")	0,0800	kg	SINAPI	1330	12,83	1,03
Vergalhão de Aço CA-25 Ø 10,0 (3/8")	0,1610	kg	SINAPI	43054	10,33	1,66
Perfil "U" de aço laminado, "U" 100 x 50 x 17 #2,00	1,9100	kg	SINAPI	10966	11,80	22,54
Vergalhão de aço CA-25 Ø 22,3 (7/8")	0,2820	kg	SINAPI	43054	10,33	2,91
Cantoneira, L 25,4 x 25,4 x # 3,18	0,4500	m	SINAPI	567	14,61	6,57
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						97,51
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]	+	-	+			152,52
B.D.I. = 22,41% [4]						34,18
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]				•		186,7

				Fonte	Código	UNIDADE:
Demarcação com tinta acrilica p/piso de faixas em quadra	e=8,0 cm, três demă	ios - CC	MPOSIÇÃO 06	SINAPI	41595 - ADAPTADO	m
Māo-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Salárie hora	Custo horário
Pintor c/ encargos complementares	0,16	h	SINAPI	88310	23,41	3,75
Servente c/ encargos complementares	8,0	h	SINAPI	88316	17,43	13,94
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]		1				17,69
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.		Referência	Valor R\$	Custo unitário
Tinta acrílica premium para piso	0,0500	- 1	SINAPI	7348	13,51	0,68
Fita crepe rolo de 25mm x 50 m	0,0200	un	SINAPI	12815	9,62	0,19
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						0,87
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]						18,56
B.D.I. = 22,41% [4]						4,16
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]						22,72

Estéfane Oliveira Nunes Engenheira divil CREA-P131756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022 LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO

BDI = 22,41%

Conjunto de traves de ferro galvanizado oficial p/futsal 300x200c	m com rede de	e nylon 4	lmm -	Fonte	Código	UNIDADE:	
COMPOSIÇÃO 07				S/ REF.	S/C	cj	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Salário hora	Custo horário	
					-	-	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						-	
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.		Referência	Valor R\$	Custo unitário	
conjunto para futsal com traves oficiais de 3,00 x 2,00 m em tubo de							
aco galvanizado 3" com requadro em tubo de 1", pintura em primer	1,000000	un	SINAPI				
com tinta esmalte sintetico e redes de polietileno fio 4 mm				25398	4727,99	4727,9	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						4.727,99	
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]						4.727,99	
B.D.I. = 22,41% [4]						1.059,54	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]						5,787.5	

Fornecimento e instalação de rede de proteção em nylon malha	10 x 10 cm par	a quad	ra de esporte -	Fonte	Código	UNIDADE:	
COMPOSIÇÃO 08				S/ REF.	S/C	m²	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Salário hora	Custo horário	
					-	-	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						-	
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.		Referência	Valor R\$	Custo unitário	
Fornecimento e instalação de rede de proteção em nylon malha 10 x	1.000000	un					
10 cm para quadras de esporte	1,000000	un	ORSE	1927	20	20	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						20,00	
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]						20,00	
B.D.I. = 22,41% [4]						4,48	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]						24,48	

Carga manual de entulho em caminhão basculante 6 m³- COMPO	വട്യവര്ക്കൾ			Fonte	Código	UNIDADE:
oarga manuar de entamo em cammino bascalante o m - com	501QAO 00					m³
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Salário hora	Custo horário
Servente com encargos complementares	0,700	h	SINAPI	88316	17,43	12,20
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]	l					12,20
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.		Referência	Valor R\$	Custo unitário
caminhão basculante 6 m³, peso bruto total 16.000 kg, carga útil máxima 13.071 kg, distância entre eixos 4,80 m, potência 230 cv inclusive cacamba metálica - chi diurno, af 06/2014	0,2500	chi	SINAPI	5961	47,22	11,81
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						11,81
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]						24,01 5,38
B.D.I. = 22,41% [4] PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]						29,39

Estéfane Oliveira Nunes Engenheira divil CREA-P131756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022 LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO

BDI = 22,41%

Remoção de entulho com transporte em caminhão basculante 6	m³ - COMPOSI	CÃO 10		Fonte	Código	UNIDADE:
Remogao de entumo com transporte em camimao basculante t	· III - 00IIII 00I	QAO 10				m³
Māo-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Salário hora	Custo herário
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						-
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.		Referência	Valor R\$	Custo unitário
caminhão basculante 6 m³, peso bruto total 16.000 kg, carga útil						
máxima 13.071 kg, distância entre eixos 4,80 m, potência 230 cv	0,0360		SINAPI	5811	211,70	7,62
inclusive caçamba metálica - chp diurno. af 06/2014		chp				
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						7,62
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]	1				1	7,62
B.D.I. = 22.41% [4]						1,71
PRECO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]						9,33

Embasamento com pedra argamassada - COMPOSIÇÃO 11				Fonte	Código	UNIDADE:			
Ellibasamento com peura argamassada - COMPOSIÇÃO 11				SINAPI	95467	m³			
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Salário hora	Custo horário			
Pedreiro com encargos complementares	4,000	h	ŞINAPI	88309	22,35	89,40			
Servente com encargos complementares	4,000	h	SINAPI	88316	17,43	69,72			
custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]									
					•				
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.		Referência	Valor R\$	Custo unitário			
Pedra de mão ou pedra rachão para fundação	1,1000	m³	SINAPI	4730	203,83	224,21			
Argamassa traço 1:4 (cimento e areia) preparo mecânico	0,3000	m³	SINAPI	87316	484,45	145,34			
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						369,55			
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]						528,67			
B.D.I. = 22,41% [4]						118,47			
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]						647,14			

Estéfane Oliveira Nunes Engenheira Civil CREA-P131756 RN 1916831346









FONTES DE CUSTO SINAPI : JULHO/2022 ORSE : JULHO/2022

LSO: 111,86% - SEM DESONERAÇÃO

BDI: 22,41%

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

			Refletor simples LED 150W de potência, branco Frio, 6500k, Bivolt, marca Nit rolux ou similar, de				
CA-1	74246/1		aproximadamente 15.000Lm, completa, fornecimento e instalação			Unidade:	UN
Cód.	Tipo	Referência	Materiais	Unid.	Consumo	P. Unit. (R\$)	Custos (R\$)
13291	INS	ORSE	Refletor simples LED 150W de potência, branco Frio, 6500k, Bivolt, marca Nit rolux ou similar	UN	1,000	227,99	227,99
11296	INS		Aluguel de plataforma aérea elétrica, altura de trabalho = 9,72m	MÊS	0,0028	1376,93	3,86
			Sub-total(Materiais)				231,85
			Mão de obra				
88247	COMP	SINAPI	Auxiliar de eletricista com encargos complementares	Н	1,500	18,48	27,72
88264	сомр	SINAPI	Eletricista com encargos complementares	н	1,500	22,58	33,87
			Sub-total(Mão de obra)				61,59
PREÇO T	OTAL S/ B	BDI					293,44
BDI (22,4°	l%)						65,76
PREÇO T	OTAL C/ E	BDI					359,20

CA-2	91844	SINAPI	Eletroduto eletroduto flexivel plano em PEAD, cor preta e laranja, diametro 25 mm - fornecimento e instalação.			UNIDADE:	UN
Cód.	Tipo	Referência	Materiais	Unid.	Consumo	P. Unit. (R\$)	Custos (R\$)
40400	INS	SINAPI	Eletroduto flexivel plano em pead, cor preta e laranja, diametro 25 mm	м	1,1000	1,75	1,93
11296	INS	ORSE	Aluguel de plataforma aérea elétrica, altura de trabalho = 9,72m	MÊS	0,0015	1376,93	2,07
			Sub-total(Materiais)				4,00
			Mão de obra				
88247	COMP	SINAPI	Auxiliar de eletricista com encargos complementares	Н	0,0870	18,48	1,61
88264	COMP	ŞINAPI	Eletricista com encargos complementares	Н	0,0870	22,58	1,96
			Sub-total(Mão de obra)				3,57
PREÇO T	PREÇO TOTAL S/ BDI						7,57
BDI (22,41%)						1,70	
PREÇO T	OTAL C/ E	3DI					9,27

CA-3	91846		Eletroduto eletroduto flexivel plano em PEAD, cor preta e laranja, diametro 32 mm - fornecimento e instalação.			UNIDADE:	UN
Cód.	Tipo	Referência	Materiais	Unid.	Consumo	P. Unit. (R\$)	Custos (R\$)
40401	INS		Eletroduto flexivel plano em pead, cor preta e laranja, diametro 32 mm	м	1,100	2,57	2,83
			Sub-total(Materiais)				2,83
			Mão de obra				
88247	COMP	SINAPI	Auxiliar de eletricista com encargos complementares	Н	0,107	18,48	1,98
88264	СОМР	SINAPI	Eletricista com encargos complementares	н	0,107	22,58	2,42
			Sub-total(Mão de obra)				4,40
PREÇO T	OTAL S/ E	BDI					7,23
BDI (22,41%)						1,62	
PRECO TOTAL C/ BDI						8,85	

Estéfane Oliveira Nunes Engenseine Civil CREA-P131756 RN 1916831346









FONTES DE CUSTO SINAPI : JULHO/2022 ORSE : JULHO/2022

LSO: 111,86% - SEM DESONERAÇÃO

BDI: 22,41%

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

CA-4	91893	SINAPI	Curva 90 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalada em forro - fornecimento e instalação.			UNIDADE:	UN
Cód.	Tipo	Referência	Materiais	Unid.	Consumo	P. Unit. (R\$)	Custos (R\$)
2618	IN\$	\$INAPI	Curva 90 graus, para eletroduto, em aço galvanizado eletrolítico, diametro de 32 mm (1 1/4")	UN	1,100	21,02	23,12
			Sub-total(Materiais)				23,12
			Mão de obra				
88247	COMP	SINAPI	Auxiliar de eletricista com encargos complementares	н	0,209	18,48	3,86
88264	COMP	SINAPI	Eletricista com encargos complementares	Н	0,209	22,58	4,72
			Sub-total(Mão de obra)				8,58
PREÇO T	PREÇO TOTAL S/ BDI						31,70
BDI (22,41%)						7,10	
PREÇO T	OTAL C/ E	BDI				•	38,80

CA-5	91893	SINAPI	Curva 135 graus para eletroduto, PVC, roscável, DN 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalada em forro - fornecimento e instalação.			UNIDADE:	UN
Cód.	Tipo	Referência	Materiais	Unid.	Consumo	P. Unit. (R\$)	Custos (R\$)
2625	INS	SINAPI	Curva 135 graus, para eletroduto, em aco galvanizado eletrolítico, diametro de 32 mm (1 1/4")	UN	1,100	28,81	31,69
			Sub-total(Materiais)				31,69
			Mão de obra				
88247	COMP	SINAPI	Auxiliar de eletricista com encargos complementares	н	0,209	18,48	3,86
88264	COMP	SINAPI	Eletricista com encargos complementares	Н	0,209	22,58	4,72
			Sub-total(Mão de obra)				8,58
REÇO T	OTAL S/ E	3DI					40,27
BDI (22,4	1%)						9,02
RECO T	OTAL C/ E	3DI					49,29

CA-6	9041	ORSE	Dispositivo de proteção contra surto de tensão DPS 20kA - 275V			UNIDADE:	UN
Código	Tipo	Referência	Materiais	Unid.	Consumo.	P. Unit. (R\$)	Custos(R\$)
39469	INS	SINAPI	Dispositivo dps classe ii, 1 polo, tensao maxima de 275V, corrente maxima de *20* kA (tipo AC)	UN	1,000	80,42	80,42
1571	INS	SINAPI	Terminal a compressao em cobre estanhado para cabo 4 mm², 1 furo e 1 compressao, para parafuso de fixacao m5	UN	1,000	1,66	1,66
			Sub-total (Materials)				82,08
			Mão de obra				
88247	COMP	SINAPI	Auxiliar de Eletricista com encargos complementares	н	0,3000	18,48	5,54
88264	COMP	SINAPI	Eletricista com encargos complementares	Н	0,3000	22,58	6,77
			Sub-total (Mão de obra)				12,31
PREÇO T	OTAL S/ E	3DI					94,39
BDI (22,41%)					21,15		
PREÇO T	OTAL C/ I	3DI	_				115,54

Estéfane Oliveira Nunes Engenseira Civil CREA-P131756 RN 1916831346









FONTES DE CUSTO SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022

LSO: 111,86% - SEM DESONERAÇÃO

BDI: 22,41%

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

CA-7	83463	ORSE	Quadro de distribuicao de energia sem barramento, em pvc, de sobrepor para 8 disjuntores termomagneticos monopolares - fornecimento e instalação	Unid. Consumo.		UNIDADE:	UN
Código	Tipo	Referência	Materiais			P. Unit. (R\$)	Custos(R\$)
39800	INS	SINAPI	quadro de distribuicao, sem barramento, em pvc, de sobrepor, para 6 disjuntores nema ou 8 disjuntores din Sub-total (Materiais)	UN	1,000	79,57	79,57 79,5 7
			Mão de obra				10,01
88247	COMP	SINAPI	Auxiliar de Eletricista com encargos complementares	Н	2,0000	18,48	36,96
88264	COMP	SINAPI	Eletricista com encargos complementares	Н	2,0000	22,58	45,16
			Sub-total (Mão de obra)				82,12
PREÇO T	OTAL S/ E	BDI					161,69
BDI (22,41%)					36,23		
PREÇO T	OTAL C/ E	BDI					197,92

CA-8	3242	ORSE	Remoção de poste de concreto			UNIDADE:	UN
Código	Tipo	Referência	Mão de obra	Unid.	Consumo.	P. Unit. (R\$)	Custos(R\$)
88316	COMP	SINAPI	Servente com encargos complementares	н	4,0000	17,43	69,72
			Sub-total (Mão de obra)				69,72
91634	СОМР	SINAPI	Equipamentos Guindauto hidráulico, capacidade máxima de carga 6500 kg, momento máximo de carga 5,8 tm, alcance máximo horizontal 7,60 m, inclusive caminhão toco pbt 9,700 kg, potência de 160 cv - chp diumo. af .08/2015	СНР	1,0000	248,97	248,97
			Sub-total (Equipamentos)				248,97
PREÇO T	PREÇO TOTAL S/ BDI						318,69
BDI (22,41%)					71,42		
PREÇO T	OTAL C/ E	BDI					390,11

CONVERSÕES: CA = COMPOSIÇÃO ADAPTADA CM = COMPOSIÇÃO MONTADA INS = INSUMO COMP = COMPOSIÇÃO

Estéfane Oliveira Nunes Engenseira Civil CREA-P131756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022

LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO

BDI = 22,41%

CÁLCULO DO BDI - BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS

ITEM	DESCRIÇÃO	ÍNDICE (%)	DENOMINAÇÃO
1.0	Taxa de administração central	4,51	AC
2.0	Taxa de seguro e garantia	0,82	S+G
3.0	Taxa da margem de incerteza (risco) do empreendimento	1,04	R
4.0	Taxas de despesas financeiros	1,14	DF
5.0	Taxa de margem de contribuição (beneficio, lucro ou remuneração)	7,35	L
6.0	Taxa de custos tributários (municipais, estaduais e federais)	5,65	1
6.1	COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3	
6.2	PIS - Programa de Integração Social	0,65	
6.3	ISS - Imposto Sobre Serviço	2	

FÓRMULA DE CÁLCULO DO BDI:

 $BDI = \{ [(1+AC+S+G+R) * (1+DF) * (1+L)] / (1-I) \} - 1$

BDI = 22,41% (SEM DESONERAÇÃO)

OBSERVAÇÕES:

 A análise dos BDIs apresentados pelas empresas terá seu critério regido pelo ACÓRDÃO do TCU nº 2622/2013 - Plenário, que gerou a tabela abaixo com os limites para BDI para Construção de Edificios:

DESCRIÇÃO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
Administração Central	3,00	4,00	5,50
Seguro e Garantia	0,80	0,80	1,00
Risco	0,97	1,27	1,27
Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39
Lucro	6,16	7,40	8,96
Tributos	5,65	6,65	8,65
COFINS	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65
BDI	20,34	22,12	25,00

- 2) Os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituirem em tributos de natureza direta e personalistica, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo o ônus tributário ser repassado à contratante.
- 3) O tributo ISS para obra de engenharia deve ser considerado entre 2,0 a 5,0% conforme legislação tributária municipal. Para a Prefeitura Municipal de OEIRAS, a aliquota cobrada é de 5% sobre a mão-de-obra de 40%, sendo cobrado no final 2% do valor total.
- 4) A Administração Local deverá ser discriminada na planilha de custos diretos com os percentuais regido pelo ACÓRDÃO nº 2622/2013 do TCU Plenário conforme a tabela abaixo para Construção de Edificios:

DESCRIÇÃO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
Administração Local	3.49	6.23	8.87

5) A Mobilização e Desmobilização deverá ser discriminada na planilha de custo direto de acordo com a necessidade do projeto, observados os limites estabelecidos pelos órgãos, quando for o caso, de acordo com a INSTRUÇÃO DE SERVIÇOS n º 15/2006 do DNIT.

Estéfane Oliveira Nunes Engenheira Civil CREA-P131756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022 LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO BDI = 22,41%

ENCARGOS SOCIAIS SORRE A MÃO DEJORRA SEM DESONERAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A			
A 1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES NO TRABALHO	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
Α	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	36,80%	36,80%
GRUPO B			
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,81%	0,00%
B2	FERIADOS	3,95%	0,00%
В3	AUXILIO ENFERMIDADE	0,85%	0,66%
B4	13° SALÁRIO	10,77%	8,33%
B 5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07%	0,06%
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,72%	0,56%
B7	DIAS DE CHUVA	1,16%	0,00%
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,10%	0,08%
B9	FÉRIAS GOZADAS	8,57%	6,63%
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03%	0,02%
В	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIAS DE A	44,03%	16,34%
GRUPO C			
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,21%	4,03%
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,12%	0,09%
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	4,79%	3,71%
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	3,81%	2,95%
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,44%	0,34%
С	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A	14,37%	11,12%
GRUPO D			
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	16,20%	6,01%
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,46%	0,36%
D	TOTAL DAS TAXAS DE INCIDÊNCIAS E REINCIDÊNCIAS	16,66%	6,37%
TOTAL DO	S ENCARGOS (A+B+C+D)	111,86%	70,63%

FONTE: SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNCIDES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Estéfane Oliveira Nunes Engenharia Civil CREA-P131756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022 LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇÃO

BDI = 22,41%

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO GLOBAL

			MESES			TOTAL
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	1°	2°	3°	TOTAL
	REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA COM	%	33,33%	33,33%	33,34%	100%
2.0	CONSTRUÇÃO DE COBERTURA	R\$	179.692,37	179.692,37	179.746,29	539.131,03
	TOTAL GERAL	R\$	179 692 37	179 692 37	179 746 29	539 131 03

Estéfane Oliveira Nunes Engenheira divil CREA-P131756 RN 1916831346









FONTE DE CUSTOS: SINAPI: JULHO/2022 ORSE: JULHO/2022 LEIS SOCIAIS = 111,86% - SEM DESONERAÇAO BDI = 22,41%

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO INDIVIDUAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO		MESES			
		UNID.	1º	2°	3°	TOTAL
		%	100,00%			100,00%
1.0	PLACA DA OBRA	R\$	2.666,50			2.666,50
		%	33,33%	33,33%	33,34%	100,00%
2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$	3653,88	3653,88	3.654,99	10.962,75
3.0	CONSTRUÇÃO DE QUADRA					
	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	%	100,00%			100,00%
3.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$	3.441,01			3.441,01
	Ť Ž	%	100,00%			100,00%
3.2	MOVIMENTO DE TERRA	R\$	3.399,17			3.399,17
		%	100,00%			100,00%
3.3	INFRA-ESTRUTURA	R\$	18.351,21			18.351,21
		%	100,00%			100,00%
3.4	PAVIMENTAÇÃO	R\$	108.061,41			108.061,41
		%	15,21%	66,75%	100,00%	
3.5	COBERTURA	R\$	40119,19	176.038,49	47.572,18	263.729,86
		%			100,00%	
3.6	INSTALAÇÕES	R\$			15.499,70	
		%			100,00%	
3.7	REVESTIMENTOS	R\$			340,73	
		%			100,00%	
3.8	PINTURA	R\$			6.045,71	6.045,71
		%			100,00%	
3.9	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$			105.226,99	
					100,00%	
3.10	SERVIÇOS FINAIS				1.405,99	1.405,99
	TOTAL G	FRAI R\$	179.692.37	179.692.37	179.746,29	539.131.03

Estéfane Oliveira Nunes Engenheira divil CREA-P131756 RN 1916831346